



CAPOF

RELATÓRIO ANUAL
2021

SUMÁRIO

Pág.

2	GESTÃO
3	APRESENTAÇÃO
4	CENÁRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
5	QUADRO SOCIAL
5	ARRECADAÇÃO-CONTRIBUIÇÕES
6	BENEFÍCIOS PAGOS
7	DESTAQUES EM 2021
8	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO-PBD
14	PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS-PMB
21	VALOR DA COTA DO PLANO PMB
22	DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS
30	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
36	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
39	PARECER ATUARIAL DO PLANO PBD
42	PARECER ATUARIAL DO PLANO PMB
46	PARECERES DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL

GESTÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

Andrea Ribeiro Nunes Freitas – Presidente
Joavan Azevedo Silva
Irismar do Socorro do Espírito Santo Silva

CONSELHO FISCAL

José Wellington Alves Bezerra – Presidente
Letícia Jorge Falcão
Augusto Cezar de Moraes Salgado

DIRETORIA EXECUTIVA

Maria de Jesus Castelo Branco Freire
Diretora Superintendente

Márcia de Melo Lopes
Diretora de Seguridade

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações é o documento que tem por objetivo apresentar o resumo das informações sobre o demonstrativo dos Ativos e Passivos, resgistrados no exercício de 2021 na gestão dos planos de benefícios, PMB - Plano Misto de Benefícios e PBD - Plano de Benefício Definido e divulgá-los aos participantes e assistidos da CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do BEM.

Este relatório está fundamentado na Resolução CNPC Nº 32, de 04 de dezembro de 2019, objetivando principalmente a informação e transparência da gestão.

MISSÃO

Contribuir para o bem-estar de seus Participantes, Assistidos e Beneficiários, por meio da administração de Planos de Previdência Privada com qualidade, ética e transparência.

VISÃO

Consolidar-se como uma Instituição de excelência na administração de Planos de Previdência Privada. Tornar-se referência nacional em eficiência e inovação na administração de Planos de Previdência Privada.

VALORES

Ética: Criar relações transparentes, fundamentadas em valores éticos, como lealdade e respeito, fortalecendo a imagem institucional da Entidade perante o mercado e a sociedade.

Transparência: Primar pela segurança e clareza na divulgação das informações dirigidas aos Participantes, Assistidos e Beneficiários, deixando-os sempre esclarecidos e bem informados quanto à gestão dos planos de benefícios, direitos e deveres.

Prudência: Tomar decisões fundamentadas na análise crítica das situações, processos ou problemas e na compreensão dos diversos fatores que afetam o negócio, demonstrando prudência para dimensionar, administrar, controlar e mitigar riscos.

CENÁRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO

O início de 2021 foi marcado por uma luz no final do túnel. A esperança era que pudesse ser o ano do fim da pandemia, já que as vacinas começaram a ser disponibilizadas e deu-se início à vacinação em todo o mundo.

Pelo lado positivo, a vacina, de fato, permitiu a retomada das atividades e uma sólida recuperação da economia global. Por outro, não chegamos a uma solução definitiva para a pandemia, que continua sendo um risco à medida que caminhamos para 2022, junto com as preocupações com a inflação e com a retirada dos estímulos monetários em todo o mundo e, no Brasil, da dívida pública e das próximas eleições presidenciais.

O segundo semestre de 2021 foi mais desafiador para os mercados à medida que os riscos fiscais e as tensões políticas aumentaram. Os dados econômicos também começaram a decepcionar, com a inflação mais persistente do que o esperado pressionando a política monetária, e as projeções de crescimento revisadas cada vez mais para baixo.

No Brasil, a alta da inflação foi impulsionada principalmente pela persistente desvalorização do Real e pela crise da água, que impactou principalmente os preços de alimentos e energia. Para conter a alta da inflação, bem acima da meta, o ciclo de alta dos juros foi antecipado pelo Copom. O Brasil começou o ano com a taxa Selic numa baixa histórica de 2% e terminou 2021 em 9,25%.

Esse ano foi marcado por grandes mudanças de cenário ao longo dos meses, o que influenciou diretamente no desempenho da Bolsa brasileira. No início do ano, com vacinação, reabertura econômica e taxa de juros nas mínimas históricas, o Ibovespa chegou a ter alta de 130 mil pontos em junho. Porém, as reformas não avançaram, a trajetória fiscal piorou com a flexibilização do teto de gastos, a inflação e os juros subiram fortemente, mudando completamente o cenário, o que contribuiu para o Ibovespa encerrar o ano com índice negativo de -11,92%.

Indicadores do Mercado Financeiro (%)		
	Dezembro/2020	ano
CDI	0,76	4,40
IMA-B	0,22	-1,26
IMA-B5	0,79	4,57
IMA-B5+	-0,34	-6,55
IBOVESPA - Fechamento	2,85	-11,92
IBX - Fechamento	3,14	-11,16
DOLAR COMERCIAL	-0,70	7,39
INPC	0,73	10,16
IPCA	0,73	10,06
IGP-M	0,87	17,79

QUADRO SOCIAL

Planos	PARTICIPANTES		ASSISTIDOS		TOTAL	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
PBD - Plano de Benefício Definido	2	2	24	24	26	26
PMB - Plano Misto de Benefícios	63	53	365	353	428	406

ARRECADAÇÃO - CONTRIBUIÇÕES

O Plano de Custeio, definido anualmente pelo atuário responsável pelo acompanhamento dos Planos de Benefícios, estabelece o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos e provisões, e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

No ano de 2021, as Receitas Previdenciais vertidas aos Planos PBD e PMB, constituídas por contribuições normais dos Participantes e Patrocinadoras e as contribuições dos Assistidos, foram da ordem de:

CONTRIBUIÇÕES PBD		
MÊS	PARTICIPANTES / PATROCINADORA	ASSISTIDOS
JAN	257,78	13.140,47
FEV	257,78	13.140,47
MAR	257,78	13.140,47
ABR	257,78	13.140,47
MAI	363,78	13.140,47
JUN	291,62	13.140,47
JUL	291,62	13.140,47
AGO	291,62	13.140,47
SET *	323,6	37.756,21
OUT	323,6	15.295,43
NOV	323,6	15.295,43
DEZ **	647,2	15.295,43
TOTAL	3.887,76	188.766,26

* Contribuição Normal Assistidos + Abono Anual

** Contribuição Participantes e Patrocinadora + 13º salário

CONTRIBUIÇÕES PMB		
MÊS	PARTICIPANTES / PATROCINADORA	ASSISTIDOS
JAN	50.340,94	236.878,13
FEV	50.241,18	251.173,33
MAR	49.581,02	275.905,19
ABR	49.610,34	241.787,87
MAI *	48.778,30	479.811,18
JUN	51.720,08	238.967,42
JUL	47.002,80	238.933,23
AGO	46.600,32	237.079,96
SET	50.188,94	239.944,15
OUT	51.015,42	236.101,73
NOV	49.898,38	238.426,13
DEZ **	93.365,78	241.527,29
TOTAL	638.343,50	3.156.535,61

* Contribuição Normal Assistidos + Abono Anual

** Contribuição Participantes e Patrocinadora + 13º salário

No ano de 2021, as receitas para Equacionamento do Déficit Técnico no Plano PMB, foram na ordem de:

EQUACIONAMENTO DEFICIT - PMB		
MÊS	ASSISTIDOS	PATROCINADOR
JAN	101.624,11	690.534,17
FEV	107.729,71	700.615,97
MAR	118.908,79	702.507,63
ABR	103.677,84	708.268,19
MAI *	205.675,07	714.359,30
JUN	102.418,71	717.073,86
JUL	102.403,45	723.957,78
AGO	101.576,09	728.301,52
SET	102.854,75	735.730,20
OUT	100.524,52	742.204,62
NOV	101.869,63	751.111,08
DEZ	103.149,89	759.823,97
TOTAL	1.352.412,56	8.674.488,29

* Contribuição Normal Assistidos + Abono Anual

BENEFÍCIOS PAGOS

No ano de 2021, as despesas previdenciárias que correspondem aos recursos utilizados para pagamentos dos Benefícios de Aposentadorias, Pensões, Auxílios e Pecúlios dos Planos PBD e PMB, foram na ordem de:

APOSENTADORIAS, PENSÕES E PECÚLIOS		
	PBD	PMB
JAN	91.319,70	1.691.987,02
FEV	91.319,70	1.794.095,43
MAR	91.319,70	1.989.630,53
ABR	91.319,70	1.749.978,45
MAI *	91.319,70	3.521.132,20
JUN	91.319,70	1.728.475,04
JUL	91.319,70	1.706.666,25
AGO	91.319,72	1.757.345,28
SET **	261.314,21	1.713.887,01
OUT	106.078,98	1.735.110,20
NOV	106.078,98	1.703.043,91
DEZ	106.078,98	1.753.089,16
TOTAL	1.310.108,77	22.844.440,48

* PMB - Folha Normal + Abono Anual

** PBD - Folha Normal + 13º salário

DESTAQUES EM 2021

XV SERAP – Semana de Recadastramento de Assistidos e Participantes

Considerando o Cenário de Pandemia da Covid-19, a XV SERAP – Semana de Recadastramento de Assistidos e Participantes foi realizada online, sendo intensificado o recadastramento entre os dias 14 a 18 de junho. Como resultado, foi observado que o mês de junho atingiu o maior número de recadastrados, em face às ações da XV SERAP.

Durante o ano de 2021, foram recadastrados 444 participantes e assistidos, o que representa 99,78% da massa de Aposentados, Pensionistas e Participantes da Entidade, existente no início do ano de 2021.

XIV ENPAC - Encontro de Participantes e Assistidos da CAPOF

O XIV ENPAC – Encontro de Participantes e Assistidos da CAPOF, cujo objetivo é o de promover a integração dos participantes e assistidos com a Entidade, gerar oportunidade para reunir antigos colegas de trabalho e estimular novas amizades, foi cancelado, em função do cenário de Pandemia da Covid-19.

LEI Nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, de 14 de agosto de 2018, com vigência a partir de setembro de 2020, é aplicável à CAPOF, vez que, em razão de suas atividades, enquanto administradora de Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa, realiza tratamento dos dados pessoais de seus participantes, assistidos, beneficiários, colaboradores, dirigentes, conselheiros, prestadores de serviços e fornecedores, envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Em dezembro/2020 encaminhamos aos Participantes e Assistidos dos Planos PBD e PMB os Termos de Consentimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, que autorizam a Entidade a continuar com o tratamento dos Dados Pessoais.

Ao final do mês de dezembro/2021, foram efetuadas 444 assinaturas dos Termos, o que representa 99,78% da massa de Aposentados, Pensionistas e Participantes da Entidade, existente no início do ano de 2021.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD

Desempenho de Investimento

O PBD finalizou o ano de 2021 com investimentos no montante de R\$ 15.812 mil, que em relação ao ano anterior (R\$ 14.885 mil) cresceu 6,23%. O Plano aplica seus recursos nos seguintes segmentos:

RENDA FIXA

A Renda Fixa apresentou em dezembro/2021 alocação de 98,32%, alcançando investimentos de R\$ 15.547 mil que comparado a dez.20 (R\$ 14.641 mil) aumentou 6,19%.

EMPRÉSTIMO

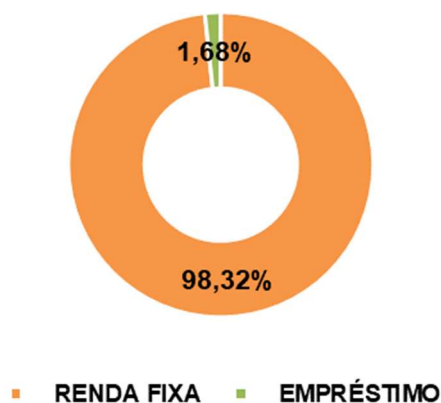
O segmento com participação de 1,68% do Patrimônio, encerrou o ano 2021 com saldo de R\$ 265 mil que em relação ao ano de 2020 (R\$ 244 mil) subiu 8,62%. A carteira encerrou dezembro/2021 com 9 contratos e índice zero de inadimplência.

A seguir, tabela e gráfico com demonstração dos investimentos do Plano, por segmentos:

Valores em R\$

SEGMENTO	DEZ.20	%	DEZ.21	%	Var. %
Renda Fixa	14.641.467	98,36	15.547.372	98,32	6,19
Empréstimo	243.856	1,64	264.887	1,68	8,62
TOTAL	14.885.323	100,00	15.812.259	100,00	6,23

Composição Investimentos Plano PBD



Limite da Política de Investimento do Plano – 2021

A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como o “alvo” para a alocação em cada tipo de mandato que compõe esses segmentos.

A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visa dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o propósito de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

ALOCÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	92,44%	88,00%	100%
Renda Variável	70%	2,27%	0,00%	5,00%
Estruturado	20%	1,65%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	1,53%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	1,69%	0,00%	5,00%
Exterior	10%	0,42%	0,00%	1,00%

Fonte: Política de Investimento 2021

Aplicação por Tipo de Ativo

Em dezembro/2021 o Plano PBD apresentou 91,61% de recursos aplicados em Títulos Públicos, com 83,62% concentrados em NTN-B, marcados na curva, 6,76% aplicados em Títulos Privados (Letra Financeira), e 1,68% em Operações de Empréstimos com Participantes. A acentuada concentração de recurso aplicado em títulos NTN-B, marcado na curva, está de acordo com as diretrizes estabelecidas no estudo de ALM (Asset Liability Management) do Plano para o ano de 2021. A seguir, demonstração das aplicações por cada tipo de ativo.

ATIVOS	Valor R\$	%
NTN-B - Mercado Curva	13.222.885	83,62
LTN-OVER	1.263.543	7,99
Letra Financeira	1.068.890	6,76
Operações c/ Participantes	264.887	1,68
Contas a Pagar/Receber	-8.946	-0,06
Tesouraria	1.000	0,01
TOTAL	15.812.259	100,00

Tipo de Gestão

Em dezembro/2021, o Plano possuía 98,32% de recursos sob gestão de terceiros, no valor de R\$ 15.547 mil, operacionalizado pelo gestor Bradesco Asset Management (BRAM), aplicado no Bradesco FI Renda Fixa Capof Nebraska (Fundo Exclusivo), com 85,05% de títulos marcados na curva no valor de R\$ 13.223 mil.

O restante dos recursos, 1,68%, alocado em carteira própria direcionado para o segmento empréstimo. Abaixo, demonstração da terceirização dos recursos do Plano:

INVESTIMENTO POR GESTOR	Valor R\$	% s/ TI
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	15.547.372	98,32
Bradesco FI Renda Fixa Capof Nebraska	15.547.372	98,32
TOTAL INVEST. TERCEIRIZADO	15.547.372	98,32
TOTAL INVESTIMENTOS	15.812.259	-

% s/ TI = Percentual em relação ao Total dos Investimentos do PMB

Toda a movimentação dos recursos dos Fundos (aplicação, resgate e liquidação) é realizada através dos serviços de custódia do Banco Bradesco S/A.

Limites da Política de Investimento do Plano – 2022

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados na Política de Investimentos. Para a composição do portfólio, buscar-se-á gradual convergência aos alvos definidos para cada segmento e mandato, exceto na superveniência de abruptas alterações conjunturais que possam implicar riscos adicionais decorrentes de cenários adversos. A seguir, demonstração dos limites de alocação de recursos por segmento para 2022.

ALOCÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	95,56%	88,00%	100%
Renda Variável	70%	2,65%	0,00%	5,00%
Estruturado	20%	0,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	0,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	1,79%	0,00%	5,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	1,00%

Fonte: Política de Investimento 2022

Desempenho Rentabilidade

O Plano apresentou no ano de 2021 rentabilidade de 14,97%, batendo a meta atuarial de 14,75% (IPCA+4,26% a.a.), definida na Política de Investimento.

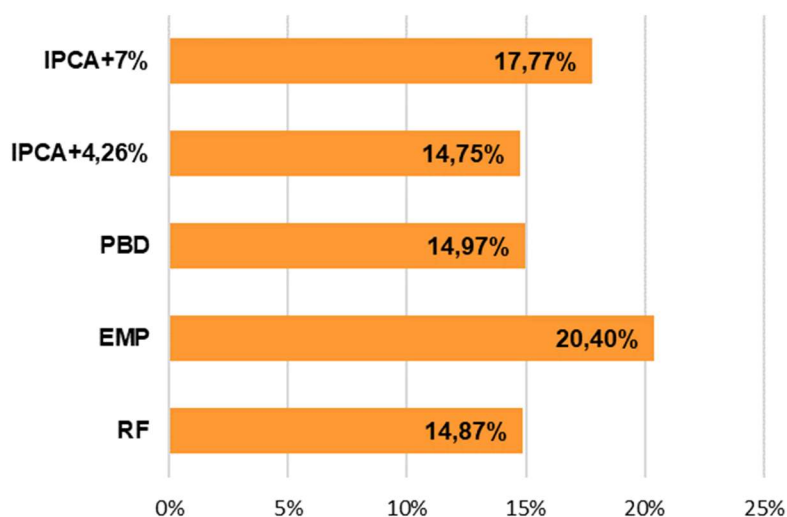
O segmento renda fixa registrou em 2021 rentabilidade de 14,87%, também com performance igual ao Plano em relação ao indicador de referência (IPCA+4,26%a.a.).

A carteira de empréstimo no ano de 2021 teve rentabilidade de 20,40%, acima do indicador de referência (IPCA+7% a.a.).

A seguir, tabela e gráfico com as rentabilidades do Plano por segmento comparadas com os indicadores de referência.

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)
RENDA FIXA	14,87
EMPRÉSTIMO	20,40
TOTAL	14,97
BENCHMARK (%)	
PLANO (IPCA+4,26% a.a)	14,75
RF (IPCA+4,26% a.a)	14,75
EMPRESTIMO (IPCA+7% a.a)	17,77

Rentabilidade acumulada 2021 x Indicadores



Despesas

As despesas demonstradas abaixo expressam os custos incorridos com a administração e a gestão dos recursos do Plano. Estas despesas totalizaram, no decorrer do exercício de 2021, valor de R\$ 197 mil.

Deste valor total, 32,72% constitui despesas relacionadas com a gestão do Fundo de Investimento Exclusivo, deduzidas diretamente da carteira, no valor de R\$ 64 mil. Enquanto 67,28,% representa as despesas administrativas mais representativas, totalizando valor de R\$ 133 mil.

A Entidade definiu as despesas administrativas do Plano, proporcionalmente por rateio, com base no total das Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios.

DESPESAS	Valor (R\$)	%
DESPESAS COM INVESTIMENTO	64.540	32,72
Taxa de Administração	29.460	14,93
Custódia	12.572	6,37
Taxa Anbima	1.236	0,63
Taxa Fiscalização CVM	8.458	4,29
Taxa Selic	1.112	0,56
Taxa Cetip	7.695	3,90
Jurídica	2.349	1,19
Outras Despesas	1.658	0,84
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	132.727	67,28
Pessoal e Encargos	89.366	45,30
Serviços de Tecnologia	14.883	7,54
Consultoria Atuarial	11.559	5,86
Auditoria Externa Contábil	3.264	1,65
Consultoria Jurídica	7.745	3,93
Consultoria Financeira	3.956	2,01
Consultoria de Risco	936	0,47
Consultoria para o Conselho Fiscal	1.018	0,52
TOTAL	197.267	100,00

Fonte: Custódia Bco. Bradesco e Balancete CAPOF

Riscos Relacionados à Sustentabilidade

Foi estabelecido na Política, que os princípios relacionados à sustentabilidade podem ser monitorados através dos fatores ESG (Environment, Social & Governance), os quais designam as dimensões não financeiras associadas à sustentabilidade que devem ser utilizadas na análise de investimentos, abrangendo os componentes ambientais, sociais e de governança.

As dimensões ambiental, social e de governança podem considerar, entre outros aspectos, os seguintes elementos:

- Impacto ambiental das empresas e dos seus investimentos;
- Esforços para conservar e gerir os recursos naturais;
- Respeito pelos direitos humanos;
- Internalização dos impactos ambientais e sociais na esfera empresarial.

As três principais estratégias em termos de Investimento Responsável que incorporam critérios ASG são:

- Integração, mediante a agregação de critérios socioambientais e de governança aos tradicionais e indispensáveis critérios de desempenho econômico-financeiro;
- Avaliação dos melhores desempenhos em termos socioambientais e de governança dentro de determinado setor econômico (best-in-class) – estratégia que leva em conta a conduta específica de cada empresa, considerando-se o mercado específico em que ela atua;
- Filtragem – a filtragem pode ser positiva, quando a alocação de recursos a determinados setores é privilegiada por sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, ou negativa, quando determinados setores são excluídos por sua natureza controversa em relação a aspectos ASG.

A fim de avaliar o impacto desses temas em sua carteira de investimentos, a EFPC monitorará os seus gestores de investimentos no que tange ao processo de incorporação de análises relacionadas ao tema de ESG na construção de seu portfólio. Por enquanto, tal monitoramento terá objetivo educativo, mas em breve passará a ser classificatório.

PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB

Desempenho de Investimento

Ao final do mês dezembro/2021, os investimentos do PMB atingiram montante de R\$ 242.235 mil que, em comparação a dez.20 (R\$ 230.648 mil), registraram incremento de 5,02%. Os recursos do Plano foram alocados nos seguintes segmentos:

RENTA FIXA

A participação do segmento em dezembro/2021 foi de 85,96%, atingindo montante no valor de R\$ 208.233 mil que em relação dez.20 (R\$ 192.630 mil) teve crescimento de 8,10%.

A carteira Própria (Renda Fixa) do Plano possui em provisão, Ativo Debêntures, com estimativa de perda no valor de R\$ 372 mil, representando 0,15% da carteira de ativos do Plano. Esse ativo, alocado na carteira própria, foi em decorrência do encerramento do Fundo Exclusivo Quality, em 04/07/2016, ocasião em que referido ativo não foi possível de liquidação, sendo transferido para a carteira própria do Plano, e com possibilidade de recuperação ao longo do vencimento, em 2025 e 2038, conforme tratativas com a Empresa ATMA Participações, emissora do ativo.

RENTA VARIÁVEL

A renda variável teve participação de 11,37%, sofreu redução de -11,73% passando de R\$ 31.212 mil em dezembro/2020, para R\$ 27.551 mil em dezembro/2021.

EMPRÉSTIMO

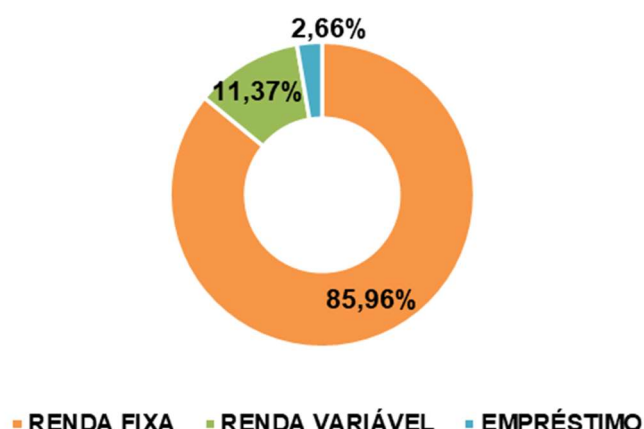
O segmento ao final de dezembro/2021 teve participação de 2,66%, atingindo valor de R\$ 6.451 mil reduziu -5,16% em relação ao dezembro/2020 (R\$ 6.802 mil). A carteira encerrou o ano com 262 contratos, inadimplência de 0,61%.

A seguir, tabela e gráfico com demonstração dos investimentos do Plano, por segmentos:

Valores em R\$

SEGMENTO	DEZ.20	%	DEZ.21	%	Var. %
Renda Fixa	192.634.096	83,52	208.233.121	85,96	8,10
Renda Variável	31.212.129	13,53	27.551.178	11,37	-11,73
Empréstimo	6.801.888	2,95	6.450.917	2,66	-5,16
TOTAL	230.648.113	100	242.235.215	100	5,02

Composição Investimentos Plano PMB



Limite da Política de Investimento do Plano – 2021

A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como o “alvo” para a alocação em cada tipo de mandato que compõe esses segmentos:

A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visa dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o propósito de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

ALOCÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	80,00%	35,00%	100,00%
Renda Variável	70%	11,56%	0,00%	20,00%
Estruturado	20%	2,12%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	2,94%	0,00%	15,00%
Operações com participantes	15%	2,93%	0,00%	15,00%
Exterior	10%	0,46%	0,00%	5,00%

Fonte: Política de Investimento 2021

Aplicação por Tipo de Ativo

Em dezembro/2021 o Plano apresentou 85,98% de recursos aplicados em Títulos Públicos, com 82,16% concentrados em NTN-B com vencimentos entre 2022 a 2055, sendo 80,43% marcados na curva e 1,73% marcados a mercado; 11,37% aplicados em Fundos de Renda Variável; e 2,66% em Operações de Empréstimos com Participantes. Possui ainda, 0,15% aplicados em Debêntures que estão em provisão de perdas. A acentuada concentração de recurso aplicado em títulos NTN-B, marcado na curva, está de acordo com as diretrizes estabelecidas no estudo de ALM (Asset Liability Management) do Plano para o ano de 2021. A seguir, demonstração das aplicações por cada tipo de ativo.

ATIVOS	Valor R\$	%
NTN-B - Mercado Mercado	4.180.039	1,73
NTN-B - Mercado Curva	194.839.948	80,43
LFT	7.814.977	3,23
LTN OVER	1.425.746	0,59
DEBÊNTURES	372.017	0,15
(-) Provisão para Perda	-372.017	-0,15
FUNDO RENDA VARIÁVEL	27.551.178	11,37
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	6.450.917	2,66
Contas a Pagar/Receber	-28.590	-0,01
Tesouraria	1.000	0,00
TOTAL	242.235.215	100,00

Tipo de Gestão

Em dezembro/2021, o Plano PMB possuía 97,34% de recursos sob gestão terceirizada, no valor de R\$ 235.784 mil, diversificados conforme demonstrados na tabela abaixo, tendo 85,96% aplicado no Fundo de Investimento Exclusivo Bradesco Azulejos, com 93,57% alocado em títulos NTN-B marcado na curva e 6,43% de títulos marcados a mercado, e com 11,38% aplicado em Fundos de Renda Variável.

O restante dos recursos, 2,66%, encontra-se em carteira própria destinado para operações de empréstimos.

INVESTIMENTO POR GESTOR	Valor R\$	% s/ TI
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	215.597.034	89,00
Bradesco FI Multimercado Capof Azulejos	208.233.121	85,96
Bradesco FIA Dividendos	7.363.913	3,04
GAP GESTORA DE RECURSO	5.764.401	2,38
Sharp Ibovespa Ativo FIA	5.764.401	2,38
VINCI GESTÃO DE PATRIMONIO LTDA	5.390.061	2,23
Vinci Selection Equities FIA	5.390.061	2,23
JGP	3.022.784	1,25
JGP Institucional FIA	3.022.784	1,25
IBIRAPUERA PERFORMANCE INVEST.	6.010.009	2,48
Ibiuna Equities 30 FIC FIA	6.010.009	2,48
TOTAL INVEST. TERCEIRIZADO	235.784.289	97,34
TOTAL INVESTIMENTOS	242.235.215	-

% s/ TI = Percentual em relação ao Total dos Investimentos do PMB

Toda a movimentação dos recursos dos Fundos (aplicação, resgate e liquidação) é realizada através dos serviços de custódia do Banco Bradesco S/A.

Limites da Política de Investimento do Plano – 2022

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados na Política de Investimentos. Para a composição do portfólio, buscar-se-á gradual convergência aos alvos definidos para cada segmento e mandato, exceto na superveniência de abruptas alterações conjunturais que possam implicar riscos adicionais decorrentes de cenários adversos. A seguir, demonstração dos limites de alocação de recursos por segmento para 2022.

ALOCÇÃO DE RECURSOS - LIMITES E ALVOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	81,10%	35,00%	100,00%
Renda Variável	70%	12,25%	0,00%	20,00%
Estruturado	20%	1,99%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	1,00%	0,00%	15,00%
Operações com participantes	15%	2,69%	0,00%	15,00%
Exterior	10%	0,97%	0,00%	5,00%

Fonte: Política de Investimento 2022

Desempenho Rentabilidade

O Plano fechou o ano de 2021 com rentabilidade de 12,32%, abaixo do índice de referência definido na Política de Investimento do Plano, IPCA+4,40% a.a., que foi de 14,90%. Esse desempenho foi puxado pelo resultado negativo do segmento renda variável.

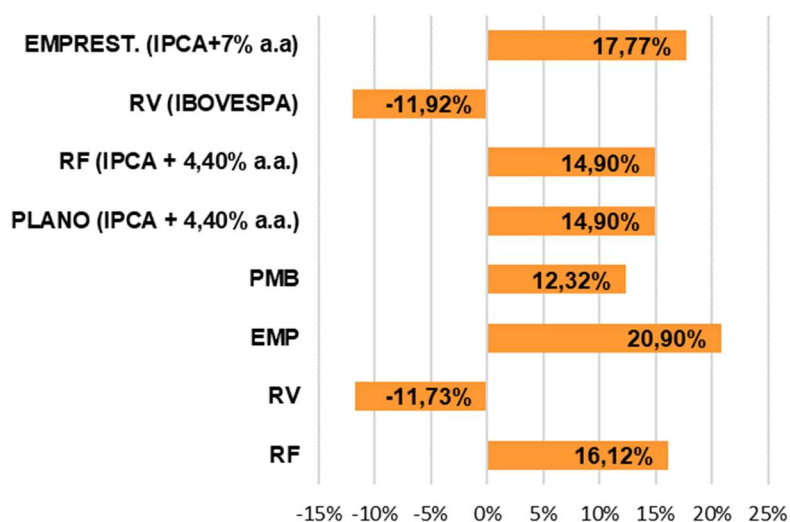
O segmento renda fixa encerrou o ano com boa rentabilidade de 16,12% acima do benchmark estabelecido na Política de Investimento (IPCA+4,40% a.a.). O segmento renda variável do Plano finalizou o ano com resultado negativo de -11,73% de rentabilidade, ante o benchmark Ibovespa, que foi também negativo de -11,92%.

O segmento empréstimo apresentou no ano de 2021 rentabilidade 20,90%, acima do indicador de referência (IPCA+7% a.a.).

A seguir, tabela e gráfico com as rentabilidades do Plano por segmento comparadas com os indicadores de referência estabelecidos na Política de Investimento do Plano.

SEGMENTO	RENTABILIDADE (%)
RENDA FIXA	16,12
RENDA VARIÁVEL	-11,73
EMPRÉSTIMO	20,90
TOTAL	12,32
BENCHMARK (%)	
PLANO (IPCA + 4,40% a.a.)	14,90
RF (IPCA + 4,40% a.a.)	14,90
RV (IBOVESPA)	-11,92
EMPREST. (IPCA+7% a.a)	17,77

Rentabilidade acumulada 2021 x Indicadores



Despesas

As despesas demonstradas abaixo expressam os custos incorridos com a administração e a gestão dos recursos do Plano. Estas despesas, no decorrer do exercício de 2021, totalizaram valor de R\$ 2.984 mil.

Deste valor total, 30,08% constitui despesas relacionadas com a gestão dos Fundos de Investimentos Exclusivo e Abertos, deduzidas diretamente das carteiras, no valor de R\$ 898 mil. Enquanto 69,92% corresponde às despesas administrativas mais representativas, no valor de R\$ 2.086 mil.

A Entidade definiu as despesas administrativas do Plano, proporcionalmente por rateio, com base no total das Reservas Matemáticas dos Planos de Benefícios.

DESPESAS	Valor (R\$)	%
DESPESAS COM INVESTIMENTO	897.524	30,08
Taxa de Administração	771.996	25,87
Custódia	40.005	1,34
Taxa Anbima	4.650	0,16
Taxa Fiscalização CVM	36.089	1,21
Taxa Selic	7.837	0,26
Taxa Cetip	27.672	0,93
Jurídica	8.277	0,28
Outras Despesas	998	0,03
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.086.094	69,92
Pessoal e Encargos	1.422.097	47,66
Serviços de Tecnologia	227.903	7,64
Consultoria Atuarial	177.007	5,93
Auditoria Externa Contábil	49.977	1,68
Consultoria Jurídica	118.597	3,97
Consultoria Financeira	60.582	2,03
Consultoria de Risco	14.340	0,48
Consultoria para o Conselho Fiscal	15.592	0,52
TOTAL	2.983.618	100,00

Fonte: Custódia Bco. Bradesco e Balancete CAPOF

Riscos Relacionados à Sustentabilidade

Foi estabelecido na Política, que os princípios relacionados à sustentabilidade podem ser monitorados através dos fatores ESG (Environment, Social & Governance), os quais designam as dimensões não financeiras associadas à sustentabilidade que devem ser utilizadas na análise de investimentos, abrangendo os componentes ambientais, sociais e de governança.

As dimensões ambiental, social e de governança podem considerar, entre outros aspectos, os seguintes elementos:

- Impacto ambiental das empresas e dos seus investimentos;
- Esforços para conservar e gerir os recursos naturais;
- Respeito pelos direitos humanos;
- Internalização dos impactos ambientais e sociais na esfera empresarial.

As três principais estratégias em termos de Investimento Responsável que incorporam critérios ASG são:

- Integração, mediante a agregação de critérios socioambientais e de governança aos tradicionais e indispensáveis critérios de desempenho econômico-financeiro;
- Avaliação dos melhores desempenhos em termos socioambientais e de governança dentro de determinado setor econômico (best-in-class) – estratégia que leva em conta a conduta específica de cada empresa, considerando-se o mercado específico em que ela atua;
- Filtragem – a filtragem pode ser positiva, quando a alocação de recursos a determinados setores é privilegiada por sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, ou negativa, quando determinados setores são excluídos por sua natureza controversa em relação a aspectos ASG.

A fim de avaliar o impacto desses temas em sua carteira de investimentos, a EFPC monitorará os seus gestores de investimentos no que tange ao processo de incorporação de análises relacionadas ao tema de ESG na construção de seu portfólio. Por enquanto, tal monitoramento terá objetivo educativo, mas em breve passará a ser classificatório.

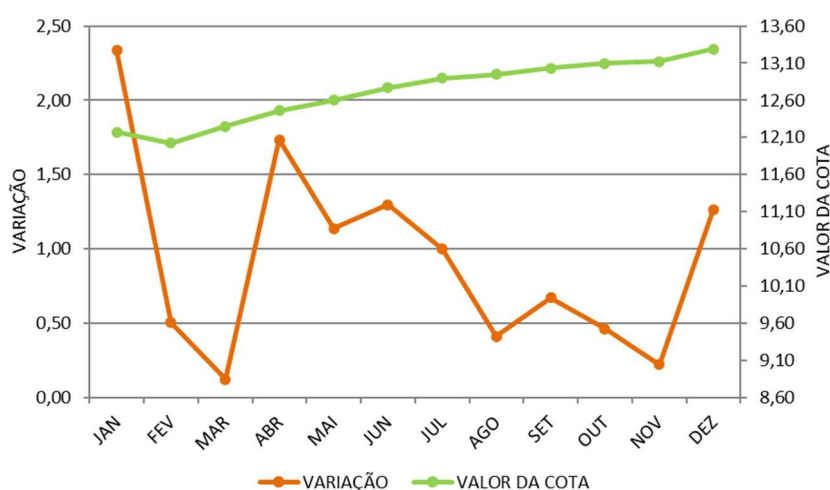
VALOR DA COTA – PLANO PMB

“A cota é a unidade monetária que comanda a escrituração e as movimentações, financeiras ou não, dos Fundos existentes na estrutura do PMB, inclusive entre eles, bem como entradas e saídas de recursos relativos ao pagamento de benefícios (venda de cotas) ou recebimento de contribuições (compra de cotas), dentre outros movimentos que possam envolver os recursos patrimoniais vinculados ao Plano, na forma de seu Regulamento e módulo operacional da CAPOF”.

(Fonte: Manifestação Atuarial – GAMA Consultores Associados - 2008)

O valor da Cota do Plano Misto de Benefícios – PMB, válida para dezembro de 2021, é de **R\$ 13,2888819** e a valorização foi de **1,26305689%**.

A variação nominal da Cota obtida em 2021 ficou em **11,70%**.



	Valor da Cota (R\$)	Variação (%)
DEZ/2020	11,8963446	2,54513558
JAN/2021	12,1740437	2,33432318
FEV	12,2352508	0,50276721
MAR	12,2499304	0,11997809
ABR	12,4622279	1,73305041
MAI	12,6037662	1,13573801
JUN	12,7671932	1,29665203
JUL	12,8945812	0,99777655
AGO	12,9473228	0,40902166
SET	13,0339603	0,66915378
OUT	13,0941975	0,46215531
NOV	13,1231293	0,22095161
DEZ/2021	13,2888819	1,26305689

DEMONSTRATIVO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

25/03/2022

13:29

1

Balanco Patrimonial de 12/2021

Patrocinadora: Consolidado

Plano: Consolidado

ATIVO	Ex. Atual (Mil)	Ex. Anterior (Mil)	PASSIVO	Ex. Atual (Mil)	Ex. Anterior (Mil)
DISPONÍVEL	47 D	55 D	EXIGÍVEL OPERACIONAL	572 C	561 C
REALIZÁVEL	293.246 D	250.994 D	GESTÃO PREVIDENCIAL	201 C	324 C
GESTÃO PREVIDENCIAL	31.418 D	1.719 D	GESTÃO ADMINISTRATIVA	343 C	236 C
GESTÃO ADMINISTRATIVA	102 D	185 D	INVESTIMENTOS	28 C	0
INVESTIMENTOS	261.726 D	249.091 D	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	3.723 C	3.276 C
RENTA VARIÁVEL	0	0	GESTÃO PREVIDENCIAL	2.440 C	2.077 C
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	255.010 D	242.044 D	GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.283 C	1.199 C
OPERAÇÕES COM	6.716 D	7.046 D	PATRIMÔNIO SOCIAL	289.056 C	247.273 C
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	57 D	60 D	PATRIMÔNIO DE COBERTURA	285.679 C	243.591 C
IMOBILIZADO	53 D	53 D	PROVISÕES MATEMÁTICAS	280.134 C	231.357 C
INTANGÍVEL	5 D	7 D	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	266.465 C	255.728 C
			BENEFÍCIOS A CONCEDER	21.221 C	23.571 C
			(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	7.551 D	47.942 D
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	5.545 C	12.233 C
			RESULTADOS REALIZADOS	5.545 C	12.233 C
			SUPERÁVIT TÉCNICO	6.094 C	12.328 C
			(-) DÉFICIT TÉCNICO	550 D	94 D
			FUNDOS	3.377 C	3.682 C
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	33 C	33 C
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.153 C	2.377 C
			FUNDOS PARA GARANTIA	1.192 C	1.273 C
TOTAL DO ATIVO	293.351 D	251.110 D	TOTAL DO PASSIVO	293.351 C	251.110 C

MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE

MARCIA ANDREA DA C LAGES T. DA SILVA
CPF: 329.779.803-34 - CRC/MA - 5605-0



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Data: 25/03/2022

Hora: 15:26

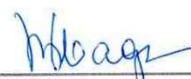
Referência: JAN a DEZ/2021

Patrocinadora: CAPOF

Plano(s): Consolidado

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Va��ria��o (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	247.273	243.444	2
1. Adições	40.121	34.358	17
(+) Contribuições Previdenciais	8.752	11.964	-27
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Prev.	28.834	19.396	49
(+) Receitas Administrativas	2.389	2.905	-18
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Adm.	146	93	58
2. Destinações	-31.504	-30.526	3
(-) Benefícios	-24.168	-27.379	-12
(-) Portabilidade / Resgates	-4.130	0	0
(-) Constituição de Cont��ng��ncias - G. Prev.	-363	-20	1.719
(-) Despesas Administrativas	-2.673	-3.068	-13
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - G. Adm.	-2	0	0
(-) Constituição de Cont��ng��ncias - G. Adm.	-83	-61	37
(-) Reversão de Fundos de Investimento	-81	2	-4.007
(-) Outras Deduções	-4	0	0
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	8.617	3.829	125
(+/-) Provis���es Matemáticas	15.610	2.058	658
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	-6.689	1.896	-453
(+/-) Fundos Previdenciais	0	8	-100
(+/-) Fundos Administrativos	-224	-131	71
(+/-) Fundos dos Investimentos	-81	-2	3.807
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	289.056	247.273	17


 MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
 DIRETORA SUPERINTENDENTE


 MARCIA ANDREA DA C. LAGES T. DA SILVA
 CPF: 329.779.803-34 - CRC/MA - 5605-0



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Data: 25/03/2022

Hora: 13:32

Referência: JAN a DEZ/2021

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): Consolidado

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.377	2.508	-5
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.532	2.998	-16
1.1. Receitas	2.532	2.998	-16
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.806	1.760	3
Custeio Administrativo dos Investimentos	523	583	-10
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	59	80	-25
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	143	93	55
Outras Receitas	0	483	-100
2. Despesas Administrativas	-2.673	-2.891	-8
2.1. Administração Previdencial	-2.673	-2.891	-8
Pessoal e Encargos	-1.633	-1.839	-11
Treinamento/congressos e seminários	-20	-23	-15
Viagens e estadias	0	-7	-100
Serviços de terceiros	-749	-757	-1
Despesas gerais	-247	-250	-1
Depreciações e amortizações	-13	-15	-11
Outras Despesas	-11	0	0
3. Constituição/Reversão de Contingência	-83	-61	37
6. Sobre/Insuficiência da Ges.Administrativa (1-2-3-4-	224	131	71
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	2.153	2.377	-9

MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE

MARCIA ANDREA DA C LAGES T. DA SILVA
CPF: 329.779.803-34 - CRC/MA - 5605-0



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 25/03/2022

Hora: 13:39

Referência: JAN a DEZ/2021

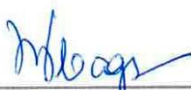
Patrocinadora: CAPOF

Plano(s): 01-Plano de Benef Definido;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
1.Ativos	16.190	15.274	6
Disponível	3	2	88
Recebível	375	388	-3
Investimento	15.812	14.885	6
Fundos de Investimento	15.547	14.641	6
Empréstimos e Financiamento	265	244	9
2.Obrigações	275	288	-5
Operacional	21	35	-39
Contingencial	253	253	0
3.Fundos não Previdenciais	152	167	-9
Fundos Administrativos	151	166	-9
Fundos para Garantia das operações com participantes	1	0	940
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	15.763	14.820	6
Provisões Matemáticas	16.313	14.914	9
Superávit/Déficit Técnico	-550	-94	483
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	129	795	-84
(a) Equilíbrio Técnico	-550	-94	483
(b) (+/-) Ajuste de Precificação	679	890	-24
(c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	129	795	-84



MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE



MARCIA ANDREA DA C LAGES T. DA SILVA
CPF: 329.779.803-34 - CRC/MA - 5605-0



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 25/03/2022

Hora: 13:40

Referência: JAN a DEZ/2021

Patrocinadora: CAPOF

Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Varição (%)
1.Ativos	275.536	234.399	18
Disponível	35	43	-18
Receável	33.265	3.708	797
Investimento	242.235	230.648	5
Créditos Privados e Depósitos	0	0	-100
Ações	0	0	-55
Fundos de Investimento	235.784	223.846	5
Empréstimos e Financiamento	6.451	6.802	-5
2.Obrigações	2.394	2.113	13
Operacional	208	289	-28
Contingencial	2.187	1.823	20
3.Fundos não Previdenciais	3.193	3.483	-8
Fundos Administrativos	2.002	2.210	-9
Fundos para Garantia das operações com participantes	1.191	1.273	-6
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	269.949	228.803	18
Provisões Matemáticas	263.821	216.443	22
Superávit/Déficit Técnico	6.094	12.328	-51
Fundos Previdenciais	33	33	0
6.Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	19.233	30.756	-37
(a) Equilíbrio Técnico	6.094	12.328	-51
(b) (+/-) Ajuste de Precificação	13.139	18.428	-29
(c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	19.233	30.756	-37

MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE

MARCIA ANDREA DA C LAGES T. DA SILVA
CPF: 329.779.803-34 - CRC/MA - 5605-0



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 25/03/2022

Hora: 14:11

Referência: JAN a DEZ/2021

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 01-Plano de Benef Definido;

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Varição (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	14.820	14.820	0
1.Adic�es	2.339	1.425	64
(+) Contribui�es	269	197	36
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos -	2.071	1.227	69
2.Destina�es	-1.396	-1.425	-2
(-) Benefícios	-1.311	-1.372	-4
(-) Custeio Administrativo	-85	-53	62
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	943	-1	-159.453
(+/-) Provisões Matemáticas	1.399	-420	-433
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	-455	420	-208
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	15.763	14.820	6
C) Fundos não previdenciais	-1	4	-129
(+/-) Fundos para Garantia das opera�es	-1	4	-129

MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
 DIRETORA SUPERINTENDENTE

MARCIA ANDREA DA C LAGES T. DA SILVA
 CPF: 329.779.803-34 - CRC/MA - 5605-0



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Data: 25/03/2022

Hora: 14:12

Referência: JAN a DEZ/2021

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRI�O	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Varição (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	228.803	224.841	2
1.Adic�es	37.053	39.110	-5
(+) Contribui�es	10.290	13.527	-24
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos -	26.764	25.583	5
2.Destina�es	-29.075	-35.127	-17
(-) Benefícios	-26.990	-26.006	4
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos-Gestão	0	-7.414	-100
(-) Constituição Líquida de Cont�g�ncias - Gestão	-363	0	0
(-) Custeio Administrativo	-1.721	-1.707	1
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	7.979	3.963	101
(+/-) Provisões Matemáticas	14.212	2.479	473
(+/-) Fundos Previdenciais	0	8	-100
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	-6.233	1.476	-522
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	269.949	228.803	18
C) Fundos não previdenciais	82	-2	-4.642
(+/-) Fundos para Garantia das opera�es	82	-2	-4.642

MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
 DIRETORA SUPERINTENDENTE

MARCIA ANDREA DA C LAGES T. DA SILVA
 CPF: 329.779.803-34 - CRC/MA - 5605-0



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Data: 25/03/2022

Hora: 13:35

Referência: JAN a DEZ/2021

Patrocinadora: CAPOF

Plano(s): 01-Plano de Benef Definido;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	16.039	15.108	6
1. Provisões Matemáticas	16.313	14.914	9
1.1. Benefícios Concedidos	16.177	14.800	9
Benefício Definido	16.177	14.800	9
1.2. Benefício a Conceder	136	114	19
Benefício Definido	136	114	19
2. Equilíbrio Técnico	-550	-94	483
2.1. Resultados Realizados	-550	-94	483
(-) Déficit técnico acumulado	-550	-94	483
3. Fundos	1	0	940
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	1	0	940
4. Exigível Operacional	21	35	-39
4.1. Gestão Previdencial	20	35	-42
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	0	0
5. Exigível Contingencial	253	253	0
5.1 Gestão Previdencial	253	253	0


 MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
 DIRETORA SUPERINTENDENTE


 MARCIA ANDREA DA C LAGES T. DA SILVA
 CPF: 329.779.803-34 - CRC/MA - 5605-0



CAIXA DE ASSISTENCIA E APOSENT. DOS FUNC DO BEM
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Data: 25/03/2022
Hora: 13:36

Referência: JAN a DEZ/2021

Patrocinadora: CAPOF Plano(s): 02-Plano Misto de Benefício;

DESCRIÇÃO	Exercício Atual (Mil)	Exercício Anterior (Mil)	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	273.534	232.189	18
1. Provisões Matemáticas	263.821	216.443	22
1.1. Benefícios Concedidos	250.288	240.928	4
Benefício Definido	250.288	240.928	4
1.2. Benefício a Conceder	21.085	23.456	-10
Contribuição Definida	20.984	23.361	-10
Saldo de contas - parc. patrocinador(es)/instituidor(es)	11.053	12.521	-12
Saldo de Contas - parcela participantes Benefício	9.931	10.841	-8
Benefício Definido	101	95	6
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-7.551	-47.942	-84
(-) Déficit equacionado	-7.551	-47.942	-84
(-) Patrocinador(es)	0	-33.167	-100
(-) Assistidos	-7.551	-14.775	-49
2. Equilíbrio Técnico	6.094	12.328	-51
2.1. Resultados Realizados	6.094	12.328	-51
Superávit técnico acumulado	6.094	12.328	-51
Reserva de contingência	6.094	12.328	-51
3. Fundos	1.223	1.305	-6
3.1. Fundos Previdenciais	33	33	0
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	1.191	1.273	-6
4. Exigível Operacional	208	289	-28
4.1. Gestão Previdencial	181	289	-37
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	27	0	0
5. Exigível Contingencial	2.187	1.823	20
5.1 Gestão Previdencial	2.187	1.823	20


MARIA DE JESUS CASTELO BRANCO FREIRE
DIRETORA SUPERINTENDENTE


MARCIA ANDREA DA C LAGES T. DA SILVA
CPF: 329.779.803-34 - CRC/MA - 5605-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPOF - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO - BEM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais - R\$ mil ou de outra forma, conforme indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM ("CAPOF" ou "Entidade" ou "Fundação") é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, patrocinada pelo Banco Bradesco S.A. e pela própria Fundação e constituída em conformidade com a Lei Complementar nº 109/01, autorizada a funcionar por prazo indeterminado.

A CAPOF administra e opera dois planos de benefícios, um denominado de Plano de Benefício Definido - PBD e o outro, denominado de Plano Misto de Benefícios - PMB:

- a) O Plano de Benefício Definido - PBD, patrocinado pelo Banco Bradesco S.A., é um plano com características de "Benefício Definido", registrado na então Secretaria de Previdência Complementar - SPC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 1984.0004-38 aprovado em 24 de setembro de 1984, em fase de extinção, sob a condição de plano fechado para novas adesões, tendo a última alteração regulamentar ocorrida no Plano e aprovada pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, conforme Portaria nº 50.020, de 13 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, em 14 de dezembro de 2016.
- b) O Plano Misto de Benefícios - PMB, patrocinado pelo Banco Bradesco S.A. e pela CAPOF, é um Plano com características de "Contribuição Variável", registrado na então Secretaria de Previdência Complementar - SPC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB nº 1999.0041-83, aprovado em 8 de janeiro de 1999, encontrando-se sob a condição de plano fechado para novas adesões, exceto para os participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido - PBD que podem optar pela migração, tendo a última alteração regulamentar ocorrida no Plano e aprovada pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, conforme Portaria nº 896, de 15 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União, em 21 de outubro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2021, a CAPOF contava com 432 participantes (454 em 31 de dezembro de 2020), nos dois Planos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Participantes	Plano PBD		Plano PMB		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos	2	2	53	63	55	65
Assistidos	24	24	353	365	377	389
Total	26	26	406	428	432	454

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM

2.1 Consolidação das demonstrações contábeis

Em atendimento a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, e a Instrução Normativa nº 44, de 23 de novembro de 2021, Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por planos de benefícios e consolidadas. A consolidação é realizada utilizando o balancete auxiliar denominado operações comuns, anulando o efeito de duplicidade entre os planos, como: os valores da participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico.

2.2 Legislação vigente

As principais normas que regulamentam a contabilidade das EFPC são:

- a) Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, revoga Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020 e Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 - dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, que alterou a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, e estabelece as normas específicas para os procedimentos contábeis, define forma, meio e periodicidade de envio das Demonstrações Contábeis.
- b) Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 - dispõe sobre a apuração do resultado na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit.
- c) Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 - dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- d) Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 - aprova a NBC ITG 2001 (considerando as alterações previstas nas Resoluções CFC nº 1.328 e 1.329, de 18 de março de 2011), estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das Demonstrações Contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- e) Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 - dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, revoga Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020 e Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 - dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, que alterou a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001. Além dos atos normativos as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às Entidades fechadas de previdência complementar.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado. A estrutura da planificação contábil padrão das entidades fechadas de previdência complementar ("EFPC") reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observados a gestão previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial e administrativa) e gestão de investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Entidade apresenta mensalmente, balancetes por plano de benefícios e gestão administrativa, além do consolidado, segregando os registros contábeis por plano, segundo a natureza e o custeio. Assim sendo, as demonstrações contábeis são apresentadas neste relatório de forma consolidada e, quando necessário, são segregadas por plano de benefícios, objetivando maior transparência na real visualização da situação patrimonial e de resultado dos planos de benefícios.

As demonstrações contábeis consolidadas e por plano foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas demonstrações contábeis.

Adicionalmente, essas demonstrações contábeis consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Gestão Previdencial - realizável

Representado substancialmente depósitos judiciais/recursais relativos às provisões contingenciais, relacionados a depósitos e bloqueios judiciais de demandas dos planos de benefícios.

3.2. Investimento

Os recursos garantidores dos planos previdenciais e os recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimentos e empréstimos estão em consonância com a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

3.2.1. Renda fixa

Conforme determina a Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, que alterou a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, os títulos de Renda Fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pró-rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor provável de realização.

Estão classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição até a data de vencimento. Apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado.
- Títulos mantidos até o vencimento - mantidos em carteira até o vencimento, considerando parecer em relatório que atesta a capacidade financeira da Entidade. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pró-rata) até o vencimento.

3.2.2. Renda variável

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data do balanço. Todos ativos estão alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, revoga Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020 e Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e na Instrução CVM nº 438, de 12 de julho 2006.

3.2.3. Empréstimos a participantes

Registram os empréstimos concedidos aos participantes e assistidos, nos termos das normas regulamentares, e estão demonstrados pelo valor principal, acrescido dos encargos auferidos até a data do balanço.

A Entidade possui um fundo de reserva para quitação dos empréstimos de participantes e assistidos que vierem a faltar, constituído na concessão do empréstimo, pelo qual o participante desembolsa uma taxa de seguro única na concessão de 3,00%.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, que alterou a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEMCAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEM

3.3. Ativo permanente

Representa os bens necessários ao funcionamento da Fundação e está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada linearmente, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

3.4. Exigível contingencial

O exigível contingencial é contabilizado pelo montante de perda considerada provável, observada a natureza de cada contingência, e atualizado até a data do balanço.

3.5. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas por atuário externo e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os assistidos que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

As provisões relativas a benefícios a conceder representam o valor presente dos benefícios futuros dos participantes em atividade, líquido das respectivas futuras contribuições.

Registra-se, ainda, no Exigível Atuarial dos Planos, a provisão matemática a constituir, que representa o valor presente do déficit equacionado referente à existência de insuficiência de cobertura das reservas de benefícios concedidos.

O cálculo atuarial das provisões matemáticas contabilizadas por Plano de Benefícios tem por base os métodos: regimes financeiros, hipóteses econômicas financeiras e biométricas, nota técnica atuarial, base de dados dos participantes, assistidos e beneficiários e os respectivos regulamentos dos Planos. O compromisso atuarial dado pelo Exigível Atuarial dos Planos de Benefícios PBD e PMB, avaliado em 31 de dezembro de 2021, está fixado com base na taxa real de juros técnicos de desconto financeiro de 4,26% e 4,40% ao ano, respectivamente.

Superávit (déficit) Técnico

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido (Ativo Total menos Exigíveis Operacional e Contingencial e Fundos) e as Provisões Matemáticas. É registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

3.6. Fundos

Registra os fundos constituídos, conforme a seguir:

Fundo previdencial: constituído atuarialmente para atender ao programa previdencial dos Planos PBD e PMB, conforme regulamento e suas respectivas notas técnicas atuariais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores alocados estão compatíveis com a realidade desses Planos, conforme avaliação atuarial.

Fundo administrativo: constituído pela diferença positiva apurada entre as receitas e despesas do programa mais a remuneração dos recursos aplicados pelo Programa de Investimentos. Tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

Fundo de investimentos: fundos que se destinam à quitação de empréstimos em caso de morte dos mutuários ativos e assistidos, conforme mencionado no item 3.2.3 acima. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários, no ato da concessão dos empréstimos.

3.7. Custeio administrativo

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se para sua cobertura a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente.

Conforme determinação da então Secretaria de Previdência Complementar - SPC, as despesas de administração são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos. Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

3.8. Transferência de recursos

O resultado líquido do fluxo dos investimentos é transferido proporcionalmente à gestão previdencial e gestão administrativa.

3.9. Receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência.

4. DISPONÍVEL

	2021				2020			
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
Bancos	3	35	9	47	1	44	10	55
Total	3	35	9	47	1	44	10	55

5

6

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEM

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2021			2020		
	PBD	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Depósitos judiciais (a)	221	1.866	2.087	221	1.493	1.714
Déficit Técnico Contratado	-	29.326	29.326	-	-	-
Outros	-	5	5	-	5	5
Total	221	31.192	31.418	221	1.498	1.719

(a) Depósitos judiciais/recursos relativos às provisões contingenciais, relacionados a depósitos e bloqueios judiciais de demandas dos planos de benefícios.

Apresentamos a seguir, a reclassificação das contas do Patrimônio Social do Balanço Patrimonial Consolidado 2021, em conformidade com Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, revoga Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020 e Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 - dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, que alterou a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020:

Reclassificação do Contrato de Instrumento Particular de Consolidação e Confissão de Dívida do Patrocinador Bradesco da conta do Patrimônio Social, para o Ativo Realizável - Gestão Previdencial.

De:
Passivo
Patrimônio Social
Patrimônio de Cobertura do Plano
Provisão Matemáticas
(-) Provisão Matemática a Constituir

Para:
Ativo
Realizável
Gestão Previdencial
Operações Contratadas
Déficit Técnico Contratado

CONTAS	2020	Reclassificação	2021
Operações Contratadas	0	33.166	29.326
Déficit Técnico Contratado	0	33.166	29.326
CONTAS	2020	2021	Varição
Operações Contratadas	33.166	29.326	-11,58%
Déficit Técnico Contratado	33.166	29.326	-11,58%

7

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEM

6. INVESTIMENTOS

Os investimentos, compostos basicamente de ativos de renda fixa, renda variável e empréstimos a participantes totalizam um montante de R\$261.725 em 31 de dezembro de 2021 (R\$249.091 em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstrado a seguir:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ativo Financeiros de Crédito Privado:

Debêntures
Debêntures Prov. p/ perdas

Fundos de investimento:

Renda fixa (a)

Renda variável (b)

OUTROS INVESTIMENTOS

Empréstimos a participantes (c):

Empréstimos

Provisões para créditos de liquidação duvidosa

Total

(a) Títulos de Renda Fixa

Os títulos de renda fixa são representados por fundo de investimentos em renda fixa e são considerados com prazo indeterminado, sendo avaliados mensalmente ao valor de mercado pelo valor da quota de cada fundo e seus efeitos reconhecidos nas operações do exercício.

8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM

Apresentamos no quadro a seguir a abertura do saldo de investimento em quotas de fundos de investimento em renda fixa:

Instituição Financeira	2021				2020			
	Fundo de Investimento	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA
Banco Bradesco	Nebraska	15.547			15.547	14.641		
Banco Bradesco	Azulejos		208.233		208.233		192.634	
Banco Bradesco	FI DI Federal			840	840			805
Banco Bradesco	FI RF TARGET I			2.839	2.839			2.752
Total		15.547	208.233	3.679	227.459	14.641	192.634	3.557

Os fundos de investimentos Nebraska e Azulejos são fundos exclusivos da CAPOF, a qual detém 100% das quotas desses fundos. Desta forma, apresentamos abaixo o detalhamento da carteira desses fundos:

Fundo de Investimento Nebraska

Título	Categoria do título adotada pelo fundo investido	2021		2020	
		Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil	Valor contábil
Letras Financeiras - LF	Para negociação (a mercado)	600	1.069	1.069	1.008
Letras do Tesouro Nacional - LTN-Over	Para negociação (a mercado)	1.263	1.263	1.263	1.641
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Mantido até o vencimento (curva)	9.159	13.223	13.223	11.985
Tesouraria/Passivo exigível			-8	-8	7
Patrimônio do Fundo Nebraska		11.023	15.547	15.547	14.641

9

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM

Fundo de Investimento Azulejos

Título	Categoria do título adotada pelo fundo investido	2021		2020	
		Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil	Valor contábil
Letras do Tesouro Nacional - LTN-Over	Para negociação (a mercado)	1.426	1.426	1.426	2.842
Letras Financ. do Tes. Nacional - LFT	Para negociação (a mercado)	7.110	7.815	7.815	9.449
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Para negociação (a mercado)	3.102	4.180	4.180	4.960
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Mantido até o vencimento (curva)	129.070	194.180	194.180	176.400
Tesouraria/Passivo exigível			(28)	(28)	(17)
Patrimônio do Fundo Azulejos		143.437	208.233	208.233	192.634

De acordo com o estudo elaborado pela Administração, a Entidade possui capacidade financeira para manter seus títulos até o vencimento.

O PMB mantém 93,56% e o PBD mantém 91,28% de seus títulos públicos em carteira na modalidade títulos mantidos até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termo de rentabilidade, superior à meta atuarial, respectivamente (IPCA+4,40% a.a. e IPCA + 4,26% a.a. adotadas no exercício de 2021); com risco reduzido (Títulos Públicos Federais); e prazo de vencimento longo que é compatível com o fluxo de caixa atuarial.

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão - BEM

(b) Títulos de Renda Variável

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado, sendo o segmento exclusivo do PMB.

Apresentamos no quadro a seguir a abertura do saldo de investimento em cotas de fundos de investimento em renda variável:

Instituição financeira	Fundo de investimento	PMB	
		2021	2020
Banco Bradesco S.A.	Bradesco FIA Dividendos	7.364	8.058
Mellon Serviços Financeiros DTVM	Sharp Ibovespa Ativo FIA	5.764	6.828
Mellon Serviços Financeiros DTVM	JGP Institucional FA	3.023	3.745
Bradesco BEM DTVM	Ibiuna Equities 30 FIC FIA	6.010	6.493
Bradesco BEM DTVM	Vinci Selection Equities FIA	5.390	6.089
Total		27.551	31.213

(c) Empréstimos a Participantes

No exercício de 2021, a concessão de empréstimo, funcionou com os parâmetros a seguir:

Forma	Descrição
Limites	- Até 10 vezes o Salário /Benefício bruto
Encargos	- Taxa pós-fixada, com base na variação do IPCA + juros 0,6% ao mês. - Imposto sobre Operações Financeiras. - Taxa de Administração 1,4%. - Fundo de Quitação por Morte 3,0%.
Prazo	- Entre 12 a 60 meses, conforme faixa etária.
Margem consignável	- 30% (trinta por cento) do salário ou do complemento do benefício pago pela CAPOF, após deduzidas as seguintes parcelas: • Imposto de Renda. • Contribuição para a Previdência Social. • Contribuição CAPOF. • Pensão Alimentícia, se for o caso.

De acordo com o estabelecido na Instrução Normativa PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, que alterou a Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, a Entidade mantém saldo de provisão para perdas. Em 31 de dezembro de 2021, esse montante é de R\$41 (R\$150 em 31 de dezembro de 2020), constituído conforme regras abaixo:

- (i) No caso de atraso entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias: 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.
- (ii) No caso de atraso entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias: 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

11

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

- (iii) No caso de atraso entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias: 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.
- (iv) No caso de atraso superior a 360 (trezentos e sessenta) dias: 100% (cem por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

	2021				2020			
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
Gestão Previdencial								
Benefícios a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenções a pagar	20	181	-	201	35	289	-	324
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	20	181	-	201	35	289	-	324
Gestão Administrativa								
Contas a pagar	-	-	77	85	-	-	85	78
Retenções a pagar	-	-	266	258	-	-	152	158
Subtotal	-	-	343	343	-	-	237	236
Gestão de Investimentos								
Taxas a pagar	1	27	-	28	-	-	-	-
Subtotal	1	27	-	28	-	-	-	-
Total	21	208	343	572	35	289	237	561

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o exigível operacional representa as obrigações por operações correntes da Entidade.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A CAPOF, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Entidade, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nesses processos. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, essas provisões são apresentadas conforme quadro a seguir:

	2021				2020			
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado
Gestão Previdencial								
Processos Cíveis	247	809	-	1.056	247	441	-	687
Processos Trabalhistas	6	1.378	-	1.384	6	1.383	-	1.389
Subtotal	253	2.187	-	2.440	253	1.824	-	2.077
Gestão Administrativa								
Processos Tributários	-	-	1.283	1.283	-	-	1.199	1.199
Subtotal	-	-	1.283	1.283	-	-	1.199	1.199
Total	253	2.187	1.283	3.723	253	1.824	1.199	3.276

12

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEMCAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEM

Processos Prováveis

a) Gestão Previdencial

As ações registradas em processos cíveis, trabalhistas e tributárias da ordem de R\$2.440 (R\$ 2.077 em 2020) estão lastreadas por depósitos judiciais no total de R\$2.087 (R\$1.715 em 2020), produzindo efeito líquido de R\$353 (R\$372 em 2020).

As ações contingenciais cíveis em linhas gerais decorrem de cobrança de saldo remanescente sobre as diferenças de correções monetárias no resgate e devolução de cotas individuais, as decorrentes de processos trabalhistas têm como objeto a diferença do valor de resgate (fundo patrocinado), e os processos tributários resumem-se em ações que têm como objeto o cancelamento de inscrições e inexistência do recolhimento do PIS e COFINS.

b) Gestão Administrativa

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da conta no montante de R\$1.283 (R\$1.199 em 2020) corresponde ao cálculo do PIS e COFINS. A metodologia utilizada para fins de cálculo do PIS e COFINS segue a Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, art. 96, onde a apuração do imposto foi calculada de acordo com suas movimentações contábeis.

Processos Possíveis

Em 31 de dezembro de 2021, não havia processos possíveis a serem divulgados, conforme opinião dos assessores jurídicos da Entidade.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1. Patrimônio de Cobertura dos Planos

9.1.1. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, com as mesmas premissas atuariais adotadas em 31 de dezembro de 2021, exceto para a taxa de juros que foi de 4,26% e 4,40% para os Planos PBD e PMB, respectivamente e estão representadas por:

a) Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros a serem pagos pela Entidade em relação aos atuais assistidos e pensionistas.

b) Benefícios a conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), líquido do valor presente das contribuições futuras dos participantes e da patrocinadora, para os participantes que não adquiriram os direitos de aposentadoria.

c) Provisões matemáticas a constituir

Correspondem ao valor atual das contribuições extraordinárias futuras vigentes, assumidas pelos assistidos, destinadas a equacionar os déficits técnicos, em conformidade com o plano de custeio.

13

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEM

Equilíbrio Técnico - Superávit

O Superávit/Déficit técnico é constituído pelo excedente (insuficiência) patrimonial em relação aos compromissos totais da Entidade. Desse excedente, o valor correspondente a até 25% das provisões matemáticas é destinado a reserva de contingência, classificada em subgrupo do superávit técnico e o restante, se houver, deve ser destinado a reservas para ajuste do plano.

	2021			2020		
	PBD	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Superávit Técnico Acumulado	(550)	6.095	5.545 (94)	12.327	-	12.323
Total	(550)	6.095	5.545 (94)	12.327	-	12.233

Apresentamos abaixo a movimentação das provisões matemáticas, do superávit técnico e dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro 2021:

	Provisões Matemáticas	Superávit Técnico	Fundos
Saldo em 31 de dezembro de 2019	229.299	10.338	3.808
Constituição de provisões	2.058	-	-
Superávit técnico do exercício	-	1.896	-
Constituição/ reversão de fundos	-	-	(126)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	231.357	12.234	3.682
Reversão de provisões	48.777	-	-
Superávit técnico do exercício	-	-6.689	-
Constituição/ reversão de fundos	-	-	(305)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	280.134	5.545	3.377

9.2. Fundos

a) Fundos Previdenciais

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da conta no valor de R\$33 (R\$33 em 2020) corresponde ao fundo constituído no PMB. O valor é calculado pelo atuário responsável, em conformidade com regulamento e condições estabelecidas em Nota Técnica Atuária, para o plano de benefícios, bem como, observados os dispositivos da legislação vigente, e, têm como finalidade atender ao programa previdencial, de forma a garantir possíveis compromissos do Plano.

Considerando os objetivos, constituições, manutenção e os critérios para constituição dos fundos previdenciais conforme o regulamento do Plano Misto de Benefício - PMB, em 31 de dezembro de 2021 o fundo é composto conforme a seguir:

	2021	2020
	PMB	PMB
Fundo de Desligamento - PMB (i)	33	33
Fundo de Sobrevivência - PMB (ii)	-	-
Total	33	33

(i) O fundo coletivo de desligamento tem a finalidade de suportar eventuais insuficiências oriundas dos pagamentos dos benefícios de pecúlio por morte, quando couber, na forma do artigo 57 do Regulamento do Plano Misto de Benefícios.

15

Demonstramos a seguir a composição das provisões matemáticas em 31 de dezembro 2021 e de 2020:

	2021			2020		
	PBD	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Benefícios concedidos	16.177	250.288	266.465	14.800	240.928	255.728
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	16.177	250.288	266.465	14.800	240.928	255.728
Benefícios a conceder	136	21.083	21.222	114	23.457	23.571
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	136	21.083	21.222	114	23.457	23.571
Contribuição definida	-	20.982	20.984	-	23.361	23.361
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	-	101	101	-	96	96
(-) Provisões matemáticas a constituir	(7.550)	(7.550)	(7.550)	(47.942)	(47.942)	(47.942)
Total	16.313	263.821	280.134	14.914	216.443	231.357

As Provisões Matemáticas estão segregadas por plano de benefícios, quais sejam, o Plano de Benefício Definido - PBD e o Plano Misto de Benefícios - PMB, em função da exigibilidade atuarial e de compromissos específicos de cada Plano, de suas características e regras constantes nos respectivos regulamentos e metodologia prevista em suas Notas Técnicas Atuariais.

As provisões matemáticas a constituir referem-se ao déficit técnico nas reservas de benefícios concedidos do PMB, apurado em 31 de dezembro de 2021, conforme laudo emitido pelo atuário do plano.

Hipóteses atuariais

Demonstramos a seguir as hipóteses admitidas nos estudos para comparação no período abrangido:

	2021			2020		
	PBD	PMB		PBD	PMB	
Taxa real anual de juros	4,26% a.a.	4,40% a.a.		4,26% a.a.	4,40% a.a.	
Projeção de crescimento real:						
Salários	Nula	Nula		Nula	Nula	
Benefícios da Entidade	Nula	Nula		Nula	Nula	
Benefícios do INSS	Nula	Nula		Nula	Nula	
Fator de capacidade:						
Salários	98,00%	98,00%		98,00%	98,00%	
Benefícios da Entidade	98,00%	98,00%		98,00%	98,00%	
Benefícios do INSS	98,00%	98,00%		98,00%	98,00%	
Hipótese sobre rotatividade						
BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015		BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	
Tábua geral	por sexo	por sexo		por sexo	por sexo	
Tábua geral anuidade de pensão	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015		BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	
Tábua de entrada em invalidez	por sexo	por sexo		por sexo	por sexo	
Light (forte)	Light (forte)	Light (forte)		Light (forte)	Light (forte)	
Tábua de inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo		MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	
Hipótese sobre composição de família:						
Aposentados	Família real	Família real		Família real	Família real	
Pensionistas	Família real	Família real		Família real	Família real	
Ativos	Família média	Família média		Família média	Família média	
Índice dos Planos	IPCA - IBGE	Cota financeira		IPCA - IBGE	Cota financeira	

14

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEM

b) Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo é constituído/revertido, mensalmente com a sobra ou insuficiência da gestão administrativa, após a transferência do custeio administrativo, custeio de investimentos dos planos e a rentabilidade do recurso aplicado nos planos de benefícios e gestão administrativa. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefícios, de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento do PGA - Plano de Gestão Administrativa.

	2021			2020		
	PBD	PMB	Consolidado	PBD	PMB	Consolidado
Participação dos Planos no Fundo	150	2.003	2.153	167	2.210	2.377

c) Fundos de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta no valor de R\$1.192 (R\$1.273 em 31 de dezembro de 2020) corresponde ao fundo de garantia dos empréstimos, constituído com a arrecadação do Fundo de Quitação por Morte (FQM), descontados dos participantes e assistidos quando da concessão dos empréstimos. O referido fundo é utilizado para quitação do saldo devedor do empréstimo, em caso de morte do participante ou assistido.

	2021			2020		
	PBD	PMB	Total	PBD	PMB	Total
FQM	1	1.191	1.192	-	1.273	1.273
Total	1	1.191	1.192	-	1.273	1.273

10. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

Em conformidade com o requerido pela Resolução MPS/CNPC nº 16, de 16 de novembro de 2014 e pela Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, apresentamos a seguir o ajuste de precificação dos ativos, os quais estão apresentados na Demonstração do Ativo Líquido dos planos.

	2021			2020		
	PBD	PMB		PBD	PMB	
Déficit/superávit técnico acumulado	(549)	6.094	(94)	12.327	-	12.323
Ajuste de precificação positivo	678	13.138	890	18.428	-	18.428
Equilíbrio técnico ajustado	129	19.232	796	30.755	-	30.755

O ajuste de precificação de periodicidade anual, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 2018, corresponde à diferença entre o valor contábil dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento e o valor presente dos referidos títulos, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial.

No caso de equacionamento de déficit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos previsto quer seja positivo ou negativo. No caso de destinação de superávit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de títulos previsto somente se negativo. O Equilíbrio técnico ajustado é considerado para fins de equacionamento do déficit ou revisão do plano para distribuição do superávit.

16

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEM

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEM

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: o patrocinador e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as transações com o patrocinador Banco Bradesco S.A são as seguintes:

	2021				2020				
	PBD	PMB	PGA	Consolidado	PBD	PMB	PGA	Consolidado	
Ativo									
Disponível		3	35	9	47	1	44	10	55
Fundos de investimentos renda fixa	15.547	208.233	3.679	227.457	14.641	192.634	3.574	210.849	
Fundos de investimentos renda variável	-	7.364	-	7.364	-	8.057	-	8.057	
Total	15.550	215.632	3.688	234.868	14.642	200.735	3.584	218.953	
Resultado									
Resultado dos investimentos em renda fixa	2.083	29.889	162	32.134	1.235	18.250	94	19.579	
Resultado dos investimentos em renda variável	-	-693	-	-693	-	-1.401	-	-1.401	
Contribuição patrocinador	-	8.701	-	8.701	1	8.701	-	8.249	
Total	2.083	37.897	162	40.142	1.236	25.550	94	26.427	

12. CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade entende como fator preponderante em sua gestão estratégica e tática, seja de curto, médio ou longo prazos, o conhecimento dos riscos aos quais está exposta na condução de seus negócios e persecução de seus objetivos.

Com foco na construção de uma gestão prudente, principalmente no que diz respeito a seus investimentos e passivos atuariais, a Entidade tem direcionado esforços para adotar as melhores práticas de mercado, assim como aquelas preceituadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Durante o exercício, a Entidade desenvolveu e atualizou Políticas, Normas e procedimentos, pois compreende a relevância desses controles que, ao mesmo tempo em que figuram como orientadores de práticas e procedimentos internos, são ferramentas fundamentais para a promoção da continuidade e perenidade de seus negócios.

Tais práticas, associadas à contínua difusão de uma cultura de controle na Entidade, têm contribuído para o fortalecimento da governança e promovido um ambiente de constante monitoramento, o que tem se traduzido em segurança e perenidade para a Entidade.

17

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEM

d) Risco de liquidez

É a probabilidade de a Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento.

A Entidade monitora o risco de liquidez a partir de cenários de curto, médio e longo prazos, de forma a se buscar a alocação adequada às necessidades de recursos e de performance da Entidade.

O Monitoramento de liquidez de curto prazo observou o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, como ativos ou fundos de investimento em renda fixa, para fazer frente aos compromissos de curto prazo. Os monitoramentos de liquidez de médio e longo prazo observaram o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo e de longo prazo.

e) Risco legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, trabalhista, regulamento dos programas, processos judiciais, ações legais, entre outros.

A Entidade realiza atividades de monitoramento do cumprimento das obrigações legais apontadas pelos órgãos reguladores, em especial de previdência, para assegurar a conformidade em seus processos.

f) Risco sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral.

A Entidade entende que a diversificação é um fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Por esse motivo, a Entidade alocou seus recursos em diversos setores, emissores e gestores externos, assim como analisou diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a amenizar os impactos de crise de grande magnitude sobre os ativos dos planos.

Além disso, observou também a diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

g) Risco do passivo atuarial

É a probabilidade de perdas decorrentes da inadequação dos níveis de contribuições necessárias à disponibilidade de recursos ao longo do tempo.

Durante o exercício foi realizado estudo de aderência das hipóteses biométricas, demográficas (mortalidade geral, de inválidos, entrada em invalidez/auxílio-doença e rotatividade) e econômico-financeiras (crescimento salarial, fator de capacidade e convergência de taxa de juros), por meio do qual o atuário responsável indica as premissas aderentes e que refletem as características dos planos e de suas populações.

As avaliações atuariais dos planos de benefícios demonstram a situação financeira e atuarial de cada um dos planos, por meio de suas respectivas provisões matemáticas, calculadas e posicionadas em uma determinada data base. Na avaliação, foram verificados os custos e estabelecidos os planos de custeio, de modo a assegurar a existência de recursos suficientes para garantir o pagamento dos benefícios contratados.

19

12.1 Gerenciamento de riscos

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos e seus passivos atuariais. O gerenciamento de tais riscos está contido nas políticas de investimentos, bem como em seus normativos e procedimentos internos.

a) Risco de crédito

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes do não cumprimento por parte das instituições financeiras e não financeiras de suas respectivas obrigações nos termos pactuados previamente, a desvalorização de contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Quando realiza investimentos em Títulos e Valores Mobiliários de instituições, a Entidade observa as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de classificação de risco de mercado, fatores relacionados às avaliações técnicas de risco, além das características próprias de mercado.

Para os casos de ativos adquiridos pela gestão dos fundos de investimento exclusivos, a Entidade observa o limite técnico adicional para instituições financeiras, cuja metodologia tem por objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, de monitoramento da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos.

Esta modelagem observa o rating atribuído pelas agências classificadoras de risco, analisada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

b) Risco de mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

Em aderência à legislação aplicável à Política de Investimentos e às melhores práticas de mercado, durante o exercício foram realizadas a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado para investimentos em renda fixa e para renda variável. O risco de descalçamento foi avaliado em relação aos parâmetros de referência estabelecidos na política de investimentos.

Também foram utilizados cenários econômicos-base e de estresse para avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

c) Risco de terceirização

A gestão de recursos na Entidade pode ser terceirizada de forma total ou parcial. Quando a Entidade opta por esse tipo de operação, ela delega determinadas responsabilidades a gestores externos sem, porém, se isentar de suas responsabilidades perante os órgãos fiscalizadores.

A Entidade apresenta um processo estruturado para escolha e acompanhamento de seus gestores, em linha com o que estabelece o guia de melhores práticas em investimentos da PREVIC.

18

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEM

Também têm sido desenvolvidos, com periodicidade mínima anual, estudos de ALM (Asset Liability Management) para cada um dos planos de benefícios administrados, com o objetivo de orientar a elaboração do planejamento financeiro e identificar a melhor alocação dos ativos, considerando risco, liquidez e rentabilidade.

h) Risco operacional

O risco operacional é caracterizado pela possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

A Entidade tem atuado para fortalecer seus processos e internalizar as melhores práticas de mercado em suas rotinas internas.

Nesse sentido, além de realizar o processo de autoavaliação de riscos e controles internos, a Entidade contratou os serviços de uma consultoria externa para validar os resultados alcançados pelo ciclo concluído naquele ano e evidenciar, por meio de metodologia aplicada pela empresa, a efetiva existência de controles declarados pelos gestores durante o ciclo de autoavaliação.

O resultado demonstrou um relevante grau de aderência entre os controles apontados nos questionários e os documentos apresentados pelos gestores, assim como as declarações consignadas durante entrevistas realizadas. Isso demonstra que o esforço da Entidade no sentido de disseminar uma cultura de controle em suas práticas e rotinas tem encontrado o respaldo e a parceria de seu quadro funcional.

As recomendações de melhoria destacadas na elaboração dos documentos ou na execução dos testes, que a cada ciclo têm apresentado redução, foram identificadas e comunicadas às unidades para que estas promovam ações de remediação para o ciclo posterior.

13. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DEMAIS CONTRIBUIÇÕES

A CAPOF, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e, de acordo com sua forma de tributação é isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme determina o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, alterado pelo art. 10 da Lei nº 9.718/1998 e isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 5º da Lei nº 10.426/2002, combinados com a Instrução Normativa nº 1.315/2013.

Em relação ao PIS e a COFINS, a apuração é efetuada com base na Lei nº 9.718/1998. Porém, a Entidade questiona judicialmente a legalidade de tais contribuições sobre suas atividades, as quais vem provisionando mensalmente desde do ingresso da ação.

20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do
Banco do Estado do Maranhão - BEH

14. EVENTO SUBSEQUENTE

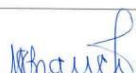
A partir de 01 de janeiro de 2022, passa a vigorar o novo plano de contas para as entidades fechadas de previdência complementar que são:

Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021 que revoga a Resolução CGPC nº 29/2009, dispõe sobre as fontes, os limites para custeio administrativo, os critérios e os controles relativos às despesas administrativas pelas EFPC a partir de 01/01/2022;

Instrução Normativa PREVIC nº 40, de 22/06/2021, que altera o prazo de envio das informações extracontábeis e o anexo IV da Instrução Previc nº 31, de 20 agosto de 2020, sendo informações com objetivo de acompanhamento mensal, incluindo informações sobre o Déficit Técnico dos Planos de Benefícios, quando aplicável, e sobre a Carteira de Investimentos a partir de Janeiro de 2022.

15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração aprovou a emissão e divulgação dessas demonstrações contábeis em 28 de março de 2022.


Maria de Jesus Castelo Branco Freire
Diretora Superintendente
CPF: 175.349.253-04


Márcia Andréa de C. Lages T. da Silva
CRC/MA - 5605-0
CPF: 329.779.803-34

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da

CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM
São Luís – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM** ("Fundação" e/ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – BEM** em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

A Resolução CNPC n.º 30, de 10.10.2018, estabelece regras relativos às condições e procedimentos relacionados na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios, assim resumidos:

- (i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;
- (ii) - estabelecido o conceito de "*duração do passivo*", que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;
- (iii) - novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do "*Ajuste de Precificação*" dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina Recife/PE
 CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
 Fone: (81) 3467.4565

www.phfaudidores.com.br

Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG
 CEP: 30.190-120
 Fone: (31) 2510.7615

www.phfaudidores.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à "duração do passivo", ao "ajuste de precificação de títulos públicos" e ao "equilíbrio técnico ajustado" não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 10, a situação de equilíbrio técnico do Plano de Benefício Definido – PBD encontra-se deficitária, todavia, considerando o ajuste de precificação, o resultado técnico ajustado, fica superavitário, não sendo necessário seu equacionamento ao longo do exercício de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Instrução PREVIC nº 22/2015 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações Contábeis da Entidade para PREVIC. O relatório deverá conter, entre outras: informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfaudidores.com.br

BELO HORIZONTE
Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfaudidores.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive, quando aplicável, as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Luís – MA, 18 de março 2022.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – MA

Paulo de Tarso M. Malta Jr

Contador – CRC-PE – 0018346/O – “S” – MA

RECIFE

Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina Recife/PE
CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter
Fone: (81) 3467.4565
www.phfauditores.com.br

BELO HORIZONTE

Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG
CEP: 30.190-120
Fone: (31) 2510.7615
www.phfauditores.com.br

PARECER ATUARIAL DO PLANO PBD



PARECER ATUARIAL Exercício de 2021

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão

Plano de Benefício Definido - PBD

Março de 2022

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacondo@ccacondo.com.br
www.ccacondo.com.br



Cabe esclarecer que houve um Ajuste de Precificação dos Ativos de R\$678.853,38, suficientes apenas para evitar o equacionamento da situação deficitária do Plano, contudo, em nossa opinião, esse procedimento não é suficiente para caracterizar uma situação de equilíbrio do Plano, mesmo porque a própria Contabilidade da CAPOF, fundamentada na Legislação, não fez esse reconhecimento por meio de lançamentos contábeis, de tal sorte a evitar a evidência do déficit no Balanço Contábil da entidade.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefício Definido – PBD da CAPOF encontra-se em Situação Financeiro-Atuarial deficitária.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

A seguir, as principais informações sobre a Avaliação Atuarial:

➤ Características do Plano

O Plano de Benefício Definido - PBD, administrado pela CAPOF, CNPB nº 1984.0004-38, está estruturado na modalidade Benefício Definido, de acordo com a Resolução CNPC Nº 41, de 9 de junho de 2021.

O Plano de Benefício Definido - PBD encontra-se em extinção desde 01/11/1999.

Outras informações:

No ano de 2021 foi iniciado o Processo de Migração dos Participantes e Assistedos do Plano de Benefício Definido – PBD para o Plano Misto de Benefícios - PMB. O processo encontra-se em análise pela Previc.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacondo@ccacondo.com.br
www.ccacondo.com.br

PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente, o Plano de Benefício Definido – PBD da CAPOF – CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO, que foi instituído 24 de setembro de 1984 e atualmente é patrocinado pelo Banco Bradesco, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e as bases técnicas adotadas pela CONDE CONSULTORIA ATUARIAL.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela CAPOF. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, inflação, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta Avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela CONDE, da qual o presente "Parecer Atuarial" é parte integrante, e as principais conclusões deste parecer podem ser assim resumidas.

No exercício de 2019, foi realizado o Estudo de Aderência das Bases Técnicas utilizadas para avaliar o Plano de Benefício Definido - PBD da CAPOF e estão aderentes e adequadas para este exercício.

O custo do Plano de Benefício Definido - PBD, calculado pela CONDE CONSULTORIA ATUARIAL, resultou em 17,24% dos Salários de Participação, por outro lado, a CAPOF arrecada contribuições na proporção de 17,24% sobre o total dos mesmos Salários, demonstrando um equilíbrio entre o custo e custeio.

O Patrimônio de Cobertura Plano de Benefício Definido - PBD, em 31/12/2021, foi de R\$15.763.133,00, para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$16.312.706,00, resultando em um déficit de R\$549.573,00 aproximadamente 3,37% das Reservas Matemáticas.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacondo@ccacondo.com.br
www.ccacondo.com.br



➤ Alteração Regulamentar

No ano de 2021, existiram alterações regulamentares no Plano de Benefício Definido – PBD para suportar a operação de migração entre planos.

➤ Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2021, e contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido a processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Base de dados: dez/2021

Descrição	Ativos	Assistedos			Total de Participantes
		Aposentados	Pensionistas (*)	Total	
Quantidade de Participantes	2	16	8	24	26
Folha Salarial / Benefício (mensal)	6.443	71.675	34.404	106.079	112.522
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	3.221	4.480	4.301	4.420	4.328
Idade Média	59	72	71	72	71
Tempo Médio de Admissão (anos)	32	-	-	-	32
Tempo Médio para Aposent. (anos)	1	-	-	-	1
Tempo Médio de Plano (anos)	32	-	-	-	32

(*) Idade média de Pensão com base nos dependentes vitalícios.

Observação: Existe um participante ativo em BPD com a opção de cobertura para os benefícios de risco.

➤ Recomposição Salarial e de Benefícios

Considerando que o reajuste relativo ao dissídio salarial tem como base setembro/2021, e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2021, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo tiveram um acréscimo de 3,39% referente à variação acumulada do IPCA-IBGE de setembro/2021 a novembro/2021.

Considerando o regulamento do Plano, para os Participantes Assistedos, os benefícios foram recompostos em 9,26%, sendo a variação acumulada do IPCA-IBGE observada entre janeiro/2021 a novembro/2021 e, no caso dos "primitivos", Participantes que ingressaram na CAPOF antes da implantação do Regulamento do Plano de Benefício Definido – PBD, aprovado pelo Órgão Governamental competente em 24/09/1984, ainda tiveram o reajuste de manutenção relativo ao dissídio salarial de 10,97%, no mês de setembro/2021, já considerados nos benefícios informados na base de dados.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacondo@ccacondo.com.br
www.ccacondo.com.br

PARECER ATUARIAL DO PLANO PBD



Cabe esclarecer que os procedimentos descritos nos parágrafos anteriores objetivam posicionar os salários e benefícios no pico, extraindo dos mesmos todo e qualquer efeito da inflação.

➤ Hipóteses Atuariais

As premissas Atuariais utilizadas na Avaliação atuarial são as seguintes:

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	2021	2020
Tábua Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua Geral Anuidade de Pensão	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua - Risco Morte / Capitalização	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Entada em Invalidez	LIGHT Forte	LIGHT Forte
Tábua de Invalidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Tábua de Ativos	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza

Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas	2021	2020
Taxa de Juros	4,26% a.a.	4,26%
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial	Nula	Nula
Taxa de Crescimento de Benefícios	Nula	Nula
Capacidade Salarial	98,00%	98,00%
Capacidade de Benefícios	98,00%	98,00%
Índice do Plano ^(*)	IPCA-IBGE	IPCA-IBGE

(*) Índice mínimo, como se "em atividade estivesse".

Tábua de Anuidade em Pensão

Tábua de Anuidade de Pensão	2021	2020
Ativos	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.
Assistidos	Família Real.	Família Real.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimento externa, contratada pela CAPOF, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela CONDE.

➤ Rentabilidade Patrimonial do Plano

A rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefício Definido - PBD, calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), atingiu no exercício de 2021 o percentual de 14,45% que, comparado com a inflação acumulada no período de 10,06% (IPCA/IBGE), acrescida do juro atuarial anual de 4,26%, ficou abaixo da meta atuarial em 0,26% neste exercício.

A rentabilidade calculada pela CONDE está voltada para a aderência da premissa da taxa de juros utilizada nos cálculos atuariais, motivo pelo qual a denominamos de Rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios, sendo que nesse exercício de 2021, ela não atingiu a meta atuarial.

➤ Patrimônio do Plano

O cálculo do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefício Definido - PBD da CAPOF, considerando o balancete contábil de 31 de dezembro de 2021:

Situação em 31 de dezembro	Valores em R\$1,00	
Situação do Plano (*)	2021	2020
Ativo	16.189.740	15.274.443
Exigível Operacional	(21.222)	(34.660)
Exigível Contingencial	(253.436)	(253.436)
Fundos Administrativos	(150.685)	(166.380)
Fundos dos Investimentos	(1.263)	(121)
Patrimônio de Cobertura	15.763.133	14.819.846

(*) Informações coletadas via Balancete.

➤ Dívidas Contratadas

Não existe registro de dívida contratada no balanço do Plano de Benefício Definido - PBD.



Método de Avaliação

Método de Avaliação	2021	2020
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada	Idade de Entrada

Para as Aposentadorias, Pecúlio e Pensões, o Regime adotado é o de Capitalização por Idade de Entrada; Repartição Simples para os Auxílios e Despesas Administrativas.

➤ Estudo de Aderência

A CONDE, a partir de dados fornecidos pela CAPOF, elaborou Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas no exercício de 2019, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do estudo atuarial, e mantém acompanhamentos constantes para qualquer variação.

Observados os resultados a CONDE recomendou a manutenção das tábuas biométricas e variáveis econômicas adotadas nesta Avaliação, com exceção da taxa de juros, conforme descrito no próximo item, ressaltando que os estudos de aderência têm validade de 3 (três) anos observada a legislação aplicável.

➤ Taxa de juros

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 4,26%. Nosso pronunciamento se justifica ao observar o cenário econômico Nacional que delineia as novas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da CAPOF e por seus Atuários, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovado pela Previc.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



➤ Passivo Judicial versus Ativo do Plano

Existem registros de passivo Judicial no balanço do Plano de Benefício Definido - PBD no valor de R\$ 253.436,38 contra Depósitos Judiciais Recursais no Ativo do Plano no valor de R\$ 221.178,44.

➤ Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo total de 17,24% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscritos no Plano de Benefícios.

Benefícios	2021	2020
	% Custo (*)	% Custo (*)
Aposentadorias	2,06	2,00
Aposentadorias por Invalidez	1,30	0,93
Pensão por Morte	0,01	0,01
Auxílios	0,37	0,37
Pecúlio por Morte	5,96	3,07
Despesas Administrativas	5,00	1,13
Custo Normal	14,70	7,51
Fundo Administrativo	2,54	2,54
Custo Total	17,24	10,05

(*) Custos atuariais em % sobre o total do Salário de Participação.

Os valores para as Despesas Administrativas, considerados nesta Avaliação, foram informados pela CAPOF. O valor orçado é de R\$ R\$3.002.705,00, sendo que para as despesas previdenciais o valor é de R\$2.932.309,00 e para demais despesas contingenciais de R\$70.396,00.

No Plano de Gestão Administrativa, informado pela CAPOF, foram definidas outras fontes de custeio administrativo:

- 10% repasse da patrocinadora sobre a contribuição extraordinária;
- Taxa de administração de empréstimos;
- Taxa de administração de 0,50% sobre os recursos garantidores;
- Reversão de parte do fundo administrativo.

As Reservas Matemáticas totalizaram R\$16.312.706,00, conforme quadro a seguir:

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br

PARECER ATUARIAL DO PLANO PBD



Reservas Matemáticas em 31 de dezembro		
Descrição	2021	2020
Benefícios Concedidos	16.176.555	14.799.725
Benefícios a Conceder	136.151	114.376
Reservas a Amortizar	0	0
Total de Reservas Matemáticas	16.312.706	14.914.101

> Plano de Custeio

As contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes serão fixadas, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, baseado no Plano Anual de Custeio, elaborado atuarialmente a seguir:

Plano de Custeio - 2022	PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD					
	ATIVO	PATROC.	TOTAL	BPD	APOSENTADO	PENSIONISTA
Total Contribuição Normal	7,35%	7,35%	14,70%	7,27%	14,00%	5,00%
Contribuição Normal	4,850%	4,850%	9,70%	4,80%	9,00%	-
Tx. de Carreg./Contr. Adm.	2,500%	2,500%	5,00%	2,47%	5,00%	5,00%
Fundo Administrativo	1,270%	1,270%	2,54%	2,54%	2,54%	9,90%
Total	8,62%	8,62%	17,24%	9,81%	16,54%	14,00%

Despesas Administrativas

De acordo com a informação da CAPOF, a taxa de carregamento será custeada pelo percentual de 5% aplicado sobre os Salários de Participação e Benefícios.

No Plano de Gestão Administrativa, informado pela CAPOF, foram definidas outras fontes de custeio administrativo:

- 10% repasse da patrocinadora sobre a contribuição extraordinária;
- Taxa de administração de empréstimos;
- Taxa de administração de 0,50% sobre os recursos garantidores;
- Reversão de parte do fundo administrativo.

Sugerimos a manutenção da contribuição para o reforço do Fundo Administrativo, tendo em vista a sua utilização, assim como, o custeio para os pensionistas, definido o percentual de contribuição pela CAPOF.

9

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 - São Paulo
Fone: 55 - 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



o limite previsto na citada resolução, assim não existe a obrigatoriedade do seu equacionamento neste estágio.

R\$1,00	
Apuração do Déficit	Valores
Reservas Matemáticas	16.312.706
Duração (anos)	8,50
Resultado Apurado (R\$) (Superávit/(Déficit))	(549.573)
Ajuste de Precificação* (R\$)	678.853
Resultado Apurado (R\$) - com Ajuste(*)	129.280
Limite do Déficit	733.974
Valor a ser equacionado	Não é obrigatório

(*) Ajuste de precificação informado pela CAPOF

> Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a legislação reproduzimos a seguir o Ajuste de Precificação de Ativos que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento elaborado pela Contabilidade da CAPOF:

R\$1,00		
Valor Contábil x Valor Ajustado	CONTÁBIL	AJUSTADO
	5.654.648,00	6.333.501,50
		678.853,38

O Balanço Contábil da CAPOF, de forma explícita, apresenta uma situação de desequilíbrio (Déficit) no valor total de R\$549.573,00 que por sua vez, de acordo com a Nota Explicativa retro reproduzida, que parte do déficit será equacionada por meio de recursos gerados pela diferença entre a taxa de juros dos títulos e a taxa de juros atuariais. Contudo, em nosso ponto de vista, esse ajuste deveria ser reconhecido formalmente por meio de lançamentos contábeis, de tal sorte a evitar a evidência do déficit no Balanço Contábil. No entanto, a CAPOF segue o que determina a Legislação do Órgão Regulador e Fiscalizador.

Desta forma em nossa opinião, esse procedimento de Ajuste de Precificação dos Ativos não é suficiente para caracterizar uma situação de equilíbrio pleno, mesmo porque a própria Contabilidade da CAPOF, fundamentada na Legislação, não fez esse reconhecimento por meio de lançamentos contábeis, de tal sorte a evitar a evidência do déficit no Balanço Contábil da entidade, esclarecendo que os R\$ 678.853,38 enquadrados em Ajuste de Precificação

11

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 - São Paulo
Fone: 55 - 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br

Resaltamos que o fundo administrativo poderá absorver as sobras ou as insuficiências das despesas orçadas, mantendo-a equilibrada.

> Contribuição média dos Participantes Ativos

Parcela do Salário de Participação em R\$ 1,00	Sobre a parcela escalonada	Sobre a parcela escalonada (%)
1ª Faixa: até 1.212,00	3,03%	3,57%
2ª Faixa: de 1.212,01 até 2.427,35	3,64%	4,28%
3ª Faixa: de 2.427,36 até 3.641,03	4,85%	5,71%
4ª Faixa: acima de 3.641,04	5,66%	6,58%
Contribuição Média dos Participantes	4,85%	7,35%
Contribuição Média da Patrocinadora	4,85%	7,35%
Contribuição média	9,70%	14,70%
Contribuição Fundo Administrativo	2,54%	2,54%
Contribuição média Total	12,24%	17,24%

(*) Inclui o custeio administrativo

> Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do Plano, no valor total de R\$15.763.133,00 não cobre as Reservas Matemáticas de R\$16.312.706,00, gerando um déficit de R\$549.573,00 aproximadamente 3,37% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2021.

Situação em 31 de dezembro		
Situação do Plano	2021	2020
a) Patrimônio de Cobertura	15.763.133	14.819.848
b) Reservas Matemáticas	(16.312.706)	(14.914.101)
a-b = (Déficit) / Superávit	(549.573)	(94.255)

> Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2021, para o Plano de Benefício Definido - PBD da CAPOF, é de 8,50 anos.

> Déficit do Plano

A CONDE aplicou a Resolução CNPC Nº 30, de outubro de 2018, para identificar o equacionamento do déficit do exercício de 2021 e o mesmo não ultrapassou

10

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 - São Paulo
Fone: 55 - 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



dos Ativos foram suficientes para evitar, tão somente, o equacionamento da situação deficitária do Plano.

São Paulo, março de 2022.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.

Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549

Daniel Rahmi Conde
Atuário MIBA 2126

Aliny Brandão
Atuária MIBA 3331

12

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 - São Paulo
Fone: 55 - 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br

PARECER ATUARIAL DO PLANO PMB



PARECER ATUARIAL Exercício de 2021

CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão

Plano Misto de Benefícios - PMB

Março de 2022

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 - São Paulo
Fone: 55 - 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



O Custo do Plano Misto de Benefícios - PMB, calculado pela CONDE CONSULTORIA, resultou em 14,00% dos Salários de Participação, por outro lado, a CAPOF arrecada contribuições na proporção de 14,00% sobre o total dos mesmos Salários de Participação, quando adicionadas às Contribuições Extraordinárias sofrem variações, tendo em vista a forma de financiamento.

O Patrimônio Líquido do Plano de Benefícios, em dezembro de 2021, no valor de R\$269.915.959,40, faz frente às Reservas Matemáticas de R\$263.821.499,66, apresentando um superávit de R\$6.094.459,74, aproximadamente 2,31% das Reservas Matemáticas. Desta forma, o valor de R\$ 6.094.459,74 apresentado está dentro do limite da Reserva de Contingência do Plano, motivo pelo qual não existe distribuição do superávit.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano Misto de Benefícios - PMB da CAPOF encontra-se em Situação Financeiro-Atuarial superavitária.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinados com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

A seguir, as principais informações sobre a Avaliação Atuarial:

Características do Plano

O Plano Misto de Benefícios - PMB, administrado pela CAPOF, CNPB nº 1999.0041-83, está estruturado na modalidade Contribuição Variável, de acordo com a Resolução CNPC nº 41, de 09 de junho de 2021.

Outras informações:

No ano de 2021 foi iniciado o Processo de Migração dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefício Definido - PBD para o Plano Misto de Benefícios - PMB. O processo encontra-se em análise pela Previc.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 - São Paulo
Fone: 55 - 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



PARECER ATUARIAL

Avaliamos atuarialmente, o Plano de Misto de Benefício - PMB da CAPOF - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO, que foi instituído 01 de novembro de 1999 e atualmente é patrocinado pelo Banco Bradesco e pela CAPOF - Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão, tendo por base os dispositivos legais, bases cadastrais dos Participantes e as bases técnicas adotadas pela CONDE CONSULTORIA ATUARIAL.

Neste trabalho interpretamos os dispositivos regulamentares e identificamos as particularidades de cada Participante, extraídas da base de dados cadastrais e de informações fornecidas pela CAPOF. Desta forma, colocamos cada Participante à exposição do Plano de Benefícios, no sentido de identificarmos o seu respectivo Custo Atuarial, bem como suas Reservas Matemáticas.

Os resultados envolvem projeções futuras baseadas em hipóteses e parâmetros de cálculo, tais como política de crescimento salarial, rotatividade, juros, inflação, mortalidade, dentre outros que julgamos mais adequados para identificar os Custos e as Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios, portanto, os resultados devem ser sempre analisados com o prévio conhecimento das hipóteses e parâmetros.

Nesta avaliação foram utilizados critérios atuariais internacionalmente aceitos, sendo que todos os elementos citados no parágrafo anterior, bem como o método atuarial adotado, constam na Avaliação Atuarial processada pela CONDE CONSULTORIA, da qual o presente "Parecer Atuarial" é parte integrante, e as principais conclusões deste parecer podem ser assim resumidas.

Resaltamos que o Plano Misto de Benefícios - PMB da CAPOF é um plano de Contribuição Variável, sendo que na fase de atividade tem características de Contribuição Definida, e na fase de inatividade de Benefício Definido, ou seja, na concessão da suplementação o saldo de conta do Participante é transformado em um Benefício Vitalício, considerando sua Composição Familiar, as Hipóteses Biométricas e Financeiras no momento da concessão.

No exercício de 2019, foi realizado o Estudo de Aderência das Bases Técnicas utilizadas para avaliar o Plano Misto de Benefícios - PMB da CAPOF e estão aderentes e adequadas para este exercício.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 - São Paulo
Fone: 55 - 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



Alteração Regulamentar

No ano de 2021, existiram alterações regulamentares no Plano Misto de Benefícios - PMB para suportar a operação de migração entre planos.

Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2021, contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido a processo de consistência, o qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Base de dados: dez/2021					Valores R\$ 1.00
Descrição	Ativos ^(*)	Aposentados	Assistidos Pensão- nistas ^(**)	Total	Total de Participantes
Quantidade de Participantes	51	246	106	352	403
Folha Salarial / Benefício (mensal)	375.552	1.326.195	367.840	1.694.036	2.969.588
Salário Médio / Benefício Médio (mensal)	7.364	5.391	3.470	4.813	5.135
Idade Média	55	73	70	72	70
Tempo Médio de Admissão (anos)	31	-	-	-	-
Tempo Médio para Aposent. (anos)	3	-	-	-	-
Tempo Médio do Plano (anos)	21	-	-	-	-

(*) No quadro acima foram desconsiderados os BPD's sem benefício de risco, resultando na quantidade de 2 participantes, cuja idade média é de 58 anos.

(**) Considerados apenas os Beneficiários Principais de cada Suplementação da Pensão.

Recomposição Salarial e de Benefícios

Considerando que o reajuste relativo ao dissídio salarial tem como base setembro/2021, e os resultados desta avaliação encontram-se posicionados em 31/12/2021, os salários, para efeito desta avaliação, foram recompostos, logo tiveram um acréscimo de 3,23% referente à variação acumulada do INPC-IBGE de setembro/2021 a novembro/2021 para os participantes ativos da Patrocinadora Bradesco, e conforme o dissídio salarial da Patrocinadora CAPOF tem como base janeiro/2021 utilizamos a variação acumulada do INPC-IBGE de janeiro/2021 a novembro/2021, logo, obteve um acréscimo de 9,36%.

Para os Participantes Assistidos, o reajuste do benefício anual é resultante da Variação Patrimonial (Cota), desta forma, para esta Avaliação, os benefícios foram recompostos tendo em vista a variação da cota proporcional ao período de janeiro/2021 a dezembro/2021. Para os benefícios decrescentes foram

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 - São Paulo
Fone: 55 - 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br

PARECER ATUARIAL DO PLANO PMB



descontados os juros proporcionais da avaliação atuarial em vigor no período da concessão, conforme a seguir:

- ✓ = 3,48% (descontada a taxa real de juros de 6,00% a.a.)
- = 4,38% (descontada a taxa real de juros de 5,00% a.a.)
- = 4,47% (descontada a taxa real de juros de 4,90% a.a.)
- = 4,74% (descontada a taxa real de juros de 4,61% a.a.)
- = 4,93% (descontada a taxa real de juros de 4,40% a.a.)

Cabe esclarecer que os procedimentos descritos no parágrafo anterior objetivam posicionar os salários e os benefícios no pico, excluindo desses todo e qualquer efeito da inflação e a cota do plano.

➤ Saldo de Contas

Ressaltamos que a apuração do valor das cotas, os saldos de contas e demais Fundos estão posicionados em 31/12/2021, e são de responsabilidade da CAPOF, sendo que a CONDE CONSULTORIA as obtém por meio da base de dados cadastrais ou informações contábeis.

➤ Hipóteses Atuariais

As premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial são as seguintes:

Tábuas Biométricas

Tábuas Biométricas	2021	2020
Tábua Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua Geral Anuidade de Pensão	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua - Risco Morte / Capitalização	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Entrada em Invalidez	LIGHT Forte	LIGHT Forte
Tábua de Inválidos	M-85 por sexo	M-85 por sexo
Tábua de Ativos	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza.	Combinação de tábuas mencionadas com adoção do Método Hamza.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



estudo atuarial, e mantém acompanhamentos constantes para qualquer variação.

Observados os resultados a CONDE recomendou a manutenção das tábuas biométricas e variáveis econômicas adotadas nesta Avaliação, com exceção da taxa de juros, conforme descrito no próximo item, ressaltando que os estudos de aderência têm validade de 3 (três) anos observada a legislação aplicável.

➤ Taxa de juros

Todo sistema estruturado no regime de capitalização parte do pressuposto de acumulação de capitais. Como hipótese, considera-se que esses capitais serão aplicados no mercado financeiro e terão um retorno financeiro, este expresso por uma rentabilidade real, ou seja, acima da inflação.

Esse retorno está traduzido em uma taxa de juros e nesta Avaliação adotamos a taxa de juros real de 4,40%. Nosso pronunciamento se justifica ao observar o cenário econômico Nacional que delinea as novas políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, assim, que por sua vez está baseada em estudos desenvolvidos por essa Entidade e por seus consultores financeiros, já apreciados pela diretoria da CAPOF e os Atuários do Plano, conforme a duração do Plano e o limite superior e inferior da taxa de juros parâmetro aprovado pela Previc.

Informamos que esta taxa de juros foi baseada em estudos desenvolvidos por consultoria de investimento externa, contratada pela CAPOF, motivo pelo qual não foram processados os respectivos estudos de aderência pela CONDE.

➤ Rentabilidade do Plano

A rentabilidade do Plano Misto de Benefícios - PMB, calculada pela cota, atingiu no exercício de 2021 o percentual de 11,71% que, comparado com o INPC/IBGE, acumulado no período de 10,16%, acrescido do juro atuarial anual de 4,40%, resultou na taxa de 2,86% abaixo da meta atuarial.

A rentabilidade calculada pela CONDE está voltada para a aderência da premissa da taxa de juros utilizada nos cálculos atuariais, motivo pelo qual a denominamos de Rentabilidade Patrimonial do Plano de Benefícios, sendo que, nesse exercício de 2021, ela não atingiu a meta atuarial.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



Variáveis Econômicas

Variáveis Econômicas	2021	2020
Taxa de Juros	4,40% a.a.	4,40% a.a.
Taxa de Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial	Nula	Nula
Taxa de Crescimento de Benefícios	Nula	Nula
Capacidade Salarial	98,00%	98,00%
Capacidade de Benefícios	98,00%	98,00%
Índice do Plano	Cota	Cota

Tábua de Anuidade em Pensão

Tábua de Anuidade de Pensão	2021	2020
Ativos	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.	De acordo com a experiência Conde foi elaborada a família média padrão, que serviu de base para o cálculo da Tábua das Anuidades de Pensão.
Assistidos	Família Real.	Família Real.

Método de Avaliação

Regime Financeiro	2021	2020
Regime	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada	Idade de Entrada

Para a Aposentadoria, o regime adotado foi o de Capitalização por Cota. Para as Aposentadorias por Invalidez, Pensão e o Pecúlio por Morte, foi adotado o regime de Capitalização financiado pelo método Idade de Entrada, e, ainda, o regime de Repartição Simples para o Auxílio-Doença e para as Despesas Administrativas.

➤ Estudo de Aderência

A CONDE, a partir de dados fornecidos pela CAPOF, elaborou Estudos de Aderência de Variáveis Econômicas e de Hipóteses Biométricas no exercício de 2019, com o objetivo de indicar as hipóteses que melhor expressam as tendências futuras do plano, de acordo com os cenários existentes na data do

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



➤ Patrimônio de Cobertura do Plano

Apresentamos a seguir a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Situação do Plano de Benefícios (*)	2021	2020
Ativo Total	275.535.516	234.399.278
Exigível Operacional	(207.664)	(289.422)
Exigível Contingencial	(2.186.768)	(1.823.386)
Fundo Previdencial	(32.620)	(32.620)
Fundos Administrativos	(2.001.960)	(2.210.470)
Fundo dos Investimentos	(1.190.545)	(1.272.637)
Patrimônio de Cobertura	269.915.959	228.770.743

(*) Informações coletadas do Balançotes de dezembro de 2021 e 2020.

➤ Dívidas Contratadas

Não existe registro de dívida contratada no balanço do Plano Misto de Benefícios - PMB, contudo, existe um Instrumento de Confissão e Consolidação de Dívida, assinado em 31/03/2016, e o Primeiro Aditivo a esse instrumento, assinado em 09/03/2017.

➤ Passivo Judicial versus Ativo do Plano

Existem registros de Passivo Judicial no balanço do Plano Misto de Benefícios - PMB no valor de R\$ 2.186.767,92 contra Depósitos Judiciais Recursais no Ativo do Plano no valor de R\$ 1.865.001,93.

➤ Resultados dos Custos e das Reservas Matemáticas

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo normal de 14,00% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscritos no Plano Misto de Benefícios e o Custo Total é somado ao Custo das Extraordinárias que sofre variações tendo em vista a forma de financiamento.

Apresentamos a seguir, resumidamente, os resultados da Avaliação:

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br

PARECER ATUARIAL DO PLANO PMB



Benefícios (*)	2021	2020
	% Custo	% Custo
Patrocinadoras / Participantes		
Aposentadorias	7,66	10,77
Aposentadorias por Invalidez	0,42	0,57
Pensão por Morte	0,02	0,02
Pecúlio por Morte	0,72	0,40
Auxílio Doença	0,18	0,14
Despesas Administrativas	5,00	2,10
Custo Normal (Patroc. / Part.)	14,00	14,00
Custo Total	14,00	14,00
Assistidos		
Previdencial	9,00	11,90
Despesas Administrativas	5,00	2,10
Custo Normal	14,00	14,00
Extraordinária em % ⁽¹⁾	3,00	6,25
Custo Total - Assistidos	17,00	20,25
Patrocinadora		
Extraordinária em R\$ 1,00 ⁽²⁾	R\$ 29.325.566	R\$ 33.166.532

(*) Custos atuariais em % sobre o total do Valor Atual dos Salários de Participação para os Participantes e Patrocinadora e a Folha de Benefícios para os Assistidos

(1) Equacionamento do Déficit 2012/2015 sobre o benefício vitalício (déficit financiado por um grupo de 311 aposentados e pensionistas, o ano anterior eram 327) – informações CAPOF.

(2) Valor coletado do balancete de dezembro/2021.

O Custo do Auxílio-Doença foi avaliado pelo método de Repartição Simples.

Os valores para as Despesas Administrativas, considerados nesta Avaliação, foram informados pela CAPOF. O valor orçado é de R\$ R\$3.002.705,00, sendo que para as despesas previdenciais o valor é de R\$2.932.309,00 e para demais despesas contingenciais de R\$70.396,00.

No Plano de Gestão Administrativa, informado pela CAPOF, foram definidas outras fontes de custeio administrativo:

- 10% repasse da patrocinadora sobre a contribuição extraordinária;
- Taxa de administração de empréstimos;
- Taxa de administração de 0,50% sobre os recursos garantidores;
- Reversão de parte do fundo administrativo.

10

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



(1) Respeitando o Contrato de Consolidação e Confissão de Dívida, informado pela CAPOF. Para um grupo de 311 Assistidos, o percentual é de 3,00% sobre Benefício vitalício.

Despesas Administrativas:

Conforme informado pela CAPOF, as Despesas Administrativas serão custeadas através da taxa de carregamento pelo percentual de 35,71%, aplicado sobre o total das contribuições normais do Plano Misto de Benefícios, equivalente a 5% dos Salários de Participação e dos Benefícios conforme demonstrado no quadro anterior.

No Plano de Gestão Administrativa, informado pela CAPOF, foram definidas outras fontes de custeio administrativo:

- 10% repasse da patrocinadora sobre a contribuição extraordinária;
- Taxa de administração de empréstimos;
- 0,50% sobre os recursos garantidores;
- Reversão de parte do fundo administrativo.

Resaltamos que o fundo administrativo poderá absorver as sobras ou as insuficiências das despesas orçadas, mantendo-a equilibrada.

Situação Financeiro-Atuarial

O Patrimônio de Cobertura do Plano Misto de Benefícios - PMB, no valor total de R\$269.915.959,40, cobre as Reservas Matemáticas de R\$263.821.499,66, gerando um superávit de R\$ 6.094.459,74, aproximadamente 2,31% das Reservas Matemáticas posicionadas em dezembro/2021.

Situação em 31 de dezembro		Valores em R\$1,00	
Situação do Plano de Benefícios		2021	2020
a) Patrimônio de Cobertura do Plano		269.915.959,40	228.770.743,07
b) Reservas Matemáticas		(263.821.499,66)	(216.443.074,23)
a-b = Superávit		6.094.459,74	12.327.668,84

Este Plano há cinco anos seguidos vem apresentando superávits, contudo, o valor apresentado está dentro do limite das Reservas de Contingência, motivo pelo qual não houve distribuição de superávit.

12

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



As Reservas Matemáticas totalizaram R\$263.821.499,66, conforme quadro a seguir:

Reservas Matemáticas em 31 de dezembro		Valores em R\$1,00	
Discriminação		2021	2020
Benefícios Concedidos		250.288.405	240.928.407
Benefícios a Conceder		21.084.523	23.456.346
Benefícios do Plano com a Geração Atual		21.194.641	23.586.968
Outras Contribuições da Geração Atual		(110.118)	(130.622)
Reservas a Amortizar		(7.551.428)	(47.941.679)
Patrocinadora		0	(33.166.532)
Assistidos		(7.551.428)	(14.775.147)
Total de Reservas Matemáticas		263.821.499,66	216.443.074,23

Cabe esclarecer que o valor constante nas Reservas a Amortizar é referente ao déficit de equacionamento de 2015, compromissos estes amparados em documentos contratuais e em avaliações atuariais anteriores.

Proposta do Plano Anual de Custeio

Compete ao Conselho Deliberativo da CAPOF, com anuência das Patrocinadoras, a aprovação do Plano de Custeio deste Plano Misto de Benefícios, por recomendação da Diretoria Executiva, embasada em parecer atuarial emitido pelo Atuário responsável por este Plano, a seguir:

Contribuição (%)	Proposta do Plano de Custeio - 2022				
	Partic.	Patroc.	Total	BPD	Assistidos
Contribuição Normal em %					
Aposentadorias ^(*)	3,83	3,83	7,66	-	9,00
Aposentadorias por Invalidez	0,21	0,21	0,42	0,42	-
Pensão por Morte	0,01	0,01	0,02	0,02	-
Pecúlio por Morte	0,36	0,36	0,72	0,72	-
Auxílio Doença	0,09	0,09	0,18	-	-
Taxa de Carregamento	2,50	2,50	5,00	5,00	5,00
Subtotal em %	7,00	7,00	14,00	6,16	14,00
Contribuição Extraordinária					
Extraordinária - Patroc. em R\$ / para os Assistidos em %	-	29.325.566	29.325.566	-	3,00
Total das Contribuições em % - Mensal (exceto Extra. Da Patroc.)	7,00	7,00	14,00	-	17,00
Total das Contribuições Extra. da Patroc. em R\$ - Valor Mensal (1)	-	759.824	759.824	-	-

(*) % Sobre o total dos Salários de Participação, BPD optante pelo Risco e para os Assistidos sobre o Total dos Benefícios

(**) Contribuição média observado conforme base de dados.

11

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br



Distribuição do Superávit

De acordo com a legislação o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das Reservas Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

(A) Reservas Matemáticas atribuíveis aos benefícios definidos, deduzidas das Reservas Matemáticas a Constituir.

(B) Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Reservas Matemáticas}$

Análise do Superávit e o Limite da Reserva de Contingência				Valores em R\$ 1,00	
25% das Reservas (A)	Fórmula (B)	LRC = MÍNIMO (A/B)	Superávit Atual		
R\$ 60.709.412	R\$ 46.794.814	R\$ 46.794.814	R\$ 6.094.460		

LRC: Limite da Reserva de Contingência.

Ajuste de Precificação Positivo não é aplicável

Observação: Foi utilizada a duração do passivo apurada em 31/12/2020 de 9,27 anos.

Desta forma, o valor de R\$6.094.459,74 apresentado, está dentro do limite da Reserva de Contingência do Plano, motivo pelo qual não existe destinação do superávit.

Duração do Passivo do Plano

A duração do passivo do Plano é calculada conforme a legislação e representa a média dos prazos dos fluxos anuais de pagamentos de benefícios líquidos, ponderados pelo valor presente desses. A duração verificada em dezembro de 2021, conforme Sistema Ventura, para o Plano de Benefícios Plano Misto de Benefícios - PMB da CAPOF, é de 9,07 anos.

Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a legislação, reproduzimos a seguir o Ajuste de Precificação de Ativos que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento elaborado pela Contabilidade da CAPOF:

13

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccacond@ccacond.com.br
www.ccacond.com.br

PARECER ATUARIAL DO PLANO PMB



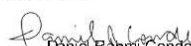
Valor Contabil x Valor Ajustado		Valores em R\$1,00
CONTABIL	AJUSTADO	AJUSTE
86.242.416,00	99.381.272,00	13.138.854,00

O quadro anterior refere-se a diferença entre a taxa de juros dos títulos e a taxa de juros atuariais, contudo, em nosso ponto de vista, esse ajuste deveria ser reconhecido formalmente por meio de lançamentos contábeis.

São Paulo, março de 2022.

Conde Consultoria Atuarial Ltda.


Newton Cezar Conde
Atuário MIBA 549


Daniel Rahmi Conde
Atuário MIBA 2126


Aliny Brandão
Atuária MIBA 3331

14

Conde Consultoria Atuarial Ltda.
Rua João Anes 157 – São Paulo
Fone: 55 – 11-3834.4933
ccaconde@ccaconde.com.br
www.ccaconde.com.br

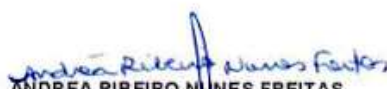


MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2021.

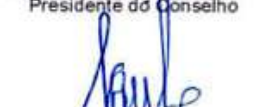
O Conselho Deliberativo, em conformidade com o Art. 22, consoante "f", do Estatuto da CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do BEM, consoante ao que estabelece a letra "XI", do Art. 17, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 43 de 06 de agosto de 2021 e Instrução Normativa PREVIC nº 31 de 2020, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis de 2021, no Parecer Atuarial da Empresa Conde Consultoria Atuarial Ltda., responsável técnica pelos Planos de Benefícios da CAPOF, bem como pelo Relatório/Parecer da Empresa PHF Auditores Independentes S/S e no Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, resolve: Aprovar as Demonstrações Contábeis, encerradas em 31 de dezembro de 2021 respaldado no Parecer do Conselho Fiscal, nos Pareceres do Atuário e da Auditoria Independente.

São Luís (MA), 29 de março de 2022.

Conselho Deliberativo da CAPOF:


ANDREA RIBEIRO NUNES FREITAS
Presidente do Conselho


IRISMAR DO SOCORRO DO ESPIRITO SANTO SILVA
Conselheira


JOAVAN AZEVEDO SILVA
Conselheiro



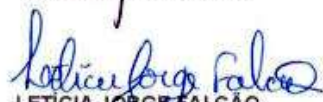
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2021.

Em conformidade com o Art. 32, consoante "b", do Estatuto da CAPOF – Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do BEM, que estabelece a letra "X", do Art. 17, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 43 de 06 de agosto de 2021 e Instrução Normativa PREVIC nº 31 de 2020, este Conselho apreciou as Demonstrações Contábeis de 2021, Consolidadas: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e as Individuais por Plano de Benefícios PBD e PMB: Demonstração do Ativo Líquido do Plano (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano (DMAL) e a Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos (DPT), Notas Explicativas, consubstanciado pelos Pareceres Atuariais da Empresa CONDE Consultoria Atuarial, responsável técnica pelos Planos de Benefícios da CAPOF, assim como pelo Relatório/Parecer da Empresa PHF Auditores Independentes S/S. Diante das análises efetuadas, este Conselho conclui que as referidas Demonstrações refletem a situação patrimonial, financeira e atuarial da CAPOF e de seus Planos de Benefícios e do PGA e recomenda ao Conselho Deliberativo a aprovação das mesmas.

São Luís (MA), 28 de març  de 2022.

Conselho Fiscal da CAPOF:


JOSÉ WELLINGTON ALVES BEZERRA
Presidente do Conselho


LETÍCIA JORGE FALCÃO
Conselheira


AUGUSTO CEZAR DE MORAES SALGADO
Conselheiro